

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
INSTITUTO MEIRA MATTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS MILITARES

CAROLINA CÔRTEZ GÓIS

**OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: A PAZ LIBERAL ENQUANTO
EMPECILHO PARA O FIM DESEJADO**

**Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo à luz de uma
análise crítica**



Rio de Janeiro

2023

CAROLINA CÔRTEZ GÓIS

**OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: A PAZ LIBERAL
ENQUANTO EMPECILHO PARA O FIM DESEJADO**

**Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo à luz de uma
análise crítica**

ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA

Texto apresentado como dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito para a obtenção do título de mestre em Ciências Militares.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Moreira
Dias

Rio de Janeiro

2023

G616o Góis, Carolina Côrtes.

Operações de Paz das Nações Unidas: A Paz Liberal enquanto Empecilho para o Fim Desejado - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo à luz de uma análise crítica./ Carolina Côrtes Góis. —2023.
100 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Guilherme Moreira Dias.
Dissertação (Mestrado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.
Bibliografia: f. 96-100

1. Operações de Paz. 2. MONUSCO 3. Paz Liberal. 4. Pós Colonialismo. 5. Colonialidade I. Título.

CDD 355.4

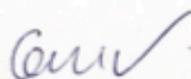
CAROLINA CÔRTEZ GÓIS

OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: A PAZ LIBERAL ENQUANTO EMPECILHO
PARA O FIM DESEJADO – MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NA REPÚBLICA
DEMOCRÁTICA DO CONGO À LUZ DE UMA ANÁLISE CRÍTICA

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-
Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 29 de março de 2023.

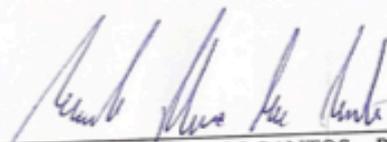
BANCA EXAMINADORA



GUILHERME MOREIRA DIAS – Prof Dr – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME

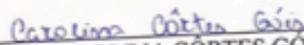


MARIANA MONTEZ CARPES – Profª Drª – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME



RICARDO OLIVEIRA DOS SANTOS – Prof Dr – Membro
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Ciente



CAROLINA CÔRTEZ GÓIS – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus familiares, Elson, Ângela e Lucas, e ao meu namorado Pedro, pela presença nos meus dias, a compreensão, o apoio emocional e incondicional e a motivação durante os momentos difíceis desta jornada. Sua presença foi fundamental para que eu pudesse me dedicar aos estudos e concluir esta dissertação, seja nos momentos bons, quanto nos momentos ruins. Sem vocês nada disso seria possível. Amo vocês.

Agradeço ao meu orientado, Guilherme Dias, pela paciência, orientação, apoio e incentivo durante todo o processo de pesquisa. Sem a sua ajuda esta dissertação não teria saído do campo das ideias.

Gostaria de agradecer também à banca de avaliação, Mariana Carpes, presente na minha jornada desde o primeiro ano do Mestrado, e Ricardo Oliveira, presente na minha trajetória desde os primeiros anos na graduação de Relações Internacionais na PUC-Rio. Agradeço pela oportunidade de apresentar este trabalho e receber a avaliação criteriosa de profissionais tão renomados.

Agradeço a todas as pessoas que participaram da pesquisa, fornecendo informações e dados valiosos para a realização deste trabalho. Espero que os resultados possam contribuir para a compreensão e melhoria das questões abordadas.

Aos meus amigos que acompanham minha trajetória acadêmica, seja desde o ensino fundamental, ensino médio, graduação ou Mestrado, minha gratidão pelo apoio, conversas, conselhos e compartilhamentos, não importa onde estejamos futuramente, vocês terão um lugar pra sempre no meu coração. Menção honrosa para Giovana Santos, Giuliana Mello e Débora Bedim, que tiveram muita paciência, até nos meus momentos mais caóticos.

Gostaria também de agradecer a todos os professores e funcionários da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em especial à secretaria do programa de pós-graduação, que sempre estiveram disponíveis para ajudar e esclarecer dúvidas.

E, por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo fomento à esta pesquisa.

“O futuro é um padrão que depende dos movimentos do presente” (R.F. Kuang)

RESUMO

As faltas estratégicas nos níveis operacionais e táticos baseados em uma paz liberal ocidentalizada e colonializada, podem explicar a dificuldade de se alcançar o resultado esperado nas Missões de Paz das Nações Unidas. Através da análise dessas faltas à luz das críticas pós-coloniais das Relações Internacionais, a presente pesquisa pretende analisar como a paz liberal, vinculada à valores de colonialidade, constituiria um empecilho para a conclusão efetiva da MONUSCO. A República Democrática do Congo é o segundo maior país do continente africano e, até 1960 era uma colônia belga¹. O processo de independência envolveu conflitos relacionados à disputas étnicas e por recursos naturais, dentre elas a rebelião contra o governo Kabila, em 1998. Como o conflito já tomava proporções internacionais, a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo foi estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU, em julho de 1999. Baseada na Resolução 1279², a MONUC tinha como objetivo a observação desse tratado, o desmembramento das forças do conflito e a manutenção de um diálogo entre todos os membros do *Lusaka Ceasefire Agreement*. Em julho de 2010, a MONUC transformou-se em MONUSCO, sob a resolução 1925³, com o objetivo de adequar a operação às novas condições da República Democrática do Congo. Essa reconfiguração visa a estabilização e consolidação da paz na região através da proteção de civis, apoio às instituições democráticas, a reforma no setor de segurança, a defesa dos direitos humanos e a restauração da autoridade estatal em áreas livres do controle de grupos armados. O desdobramento da missão no terreno tem se mostrado muito difícil, principalmente devido a perda de credibilidade produzida pelas crescentes falhas da operação, como por exemplo a dificuldade em manter as áreas recuperadas livres de rebeldes, o que demonstra uma falta estratégica no nível logístico e operacional⁴.

Palavras-chave: Operações de Paz; MONUSCO; Paz Liberal; Pós-colonialismo; colonialidade

¹ Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html#cg>

² Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1279\(1999\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1279(1999))

³ Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925\(2010\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1925(2010))

⁴ Doss, 2015, p. 815-816

ABSTRACT

The strategic shortcomings at the operational and tactical levels, based on a liberal westernized and colonialized peace, may explain the difficulty of achieving the expected result in the United Nations Peace Missions. Through the analysis of these shortcomings in the light of post-colonial critiques of International Relations, the present research intends to analyze how liberal peace, linked to coloniality values, would constitute an obstacle to the effective conclusion of MONUSCO. The Democratic Republic of Congo is the second largest country on the African continent and until 1960 it was a Belgian colony. The independence process involved conflicts related to ethnic and natural resource disputes, among them the rebellion against the Kaliba government, in 1998. As the conflict was already taking international proportions, the United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo was established by the Council of UN Security, in July 1999. Based on the Resolution 1279, MONUC aimed to observe this treaty, dismember the forces of conflict and maintain a dialogue between all members of the Lukasa Ceasefire Agreement. In July 2010, MONUC became MONUSCO, under the Resolution 1925, with the aim of adapting the operation to the new conditions in the Democratic Republic of Congo. This reconfiguration aims at stabilizing and consolidating peace in the region through the protection of civilians, support democratic institutions, security sector reform, the defense of human rights and the restoration of state authority in areas free from the control of armed groups. The deployment of the mission on the ground has proved to be very difficult, mainly due to the loss of credibility produced by the increasing failures of the operation, such as the difficulty in keeping the recovered areas free of rebels, which demonstrates a strategic lack at the logistical and operational level.

Keywords: Peacekeeping Operations; MONUSCO; Liberal Peace; Post-colonialism; coloniality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Aumento do uso da força em cada tipo de Operação de Paz.....	32
Figura 2: Dois lados da independência da RDC.....	49
Figura 3: PIB Per capita do Congo, 1960-97 (US\$ correntes).....	53
Figura 4: Principais atores na Segunda Guerra do Congo.....	56
Figura 5: Organograma Proxy: As principais forças combatentes no Congo.....	57
Figura 6: Relação entre capítulos, objetivos e prazos do Acordo de Lusaka.....	58
Figura 7: Número de pessoal na MONUSCO em junho/2022.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDL - Alliances des Forces Démocratiques pour la Libération du Congo
AIA - Association Internationale Africaine
AIC - Association Internationale du Congo
ALIR - Armée pour la Libération du Rwanda
FARDC - Forces Armées de la République Démocratique du Congo
FDLR - Forces Démocratique de Libération du Rwanda
FPR - Front Patriotique Rwandais
M23 - Movimento 23 de março
MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MLC - Mouvement de Libération du Congo
MNA - Movimento dos países não-alinhados
MNC - Mouvement National Congolais
MONUC - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO - Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo
MPR - Mouvement Populaire de la Révolution
ONU - Organização das Nações Unidas
PKO - Peacekeeping Operations
RCD - Rassemblement Congolais pour la Démocratie
RCD-GOMA - Rassemblement Congolais pour la Démocratie Goma
RCD-K - Rassemblement Congolais pour la Démocratie Kisangani
RDC - República Democrática do Congo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. TEORIAS PÓS-COLONIAIS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	20
1.1. A teoria pós colonial.....	21
1.2. Olhar pós colonial sobre o continente africano.....	23
1.3. Conclusão do capítulo.....	28
2. PAZ LIBERAL, COLONIALIDADE E AS OPERAÇÕES DE PAZ	30
2.1. Operações de Paz: tipos e definição de sucesso.....	30
2.1.1. <i>Tipos de Operações de Paz das Nações Unidas</i>	31
2.1.2. <i>Definição de sucesso para as Operações de Paz</i>	33
2.2. Gerações das Operações de Paz segundo Kai Kenkel.....	34
2.3. Operações de paz sob uma ótica pós colonial: paz liberal enquanto empecilho.....	37
2.4. Conclusão do capítulo.....	42
3. MONUSCO À LUZ DE UMA ANÁLISE CRÍTICA.....	44
3.1. Breve histórico da República Democrática do Congo.....	44
3.1.1. <i>Colonização belga (final do século XIX - 1960)</i>	45
3.1.2. <i>Independência da República Democrática do Congo (1960)</i>	48
3.1.3. <i>A tirania de Mobutu (1965-1997): República do Zaire</i>	50
3.1.4. <i>Primeira e Segunda Guerra do Congo (1996-97/1998-2003) e governo de Laurent-Desirré Kabila (1997-2001)</i>	54
3.1.5. <i>A transição pós-conflito, primeiras eleições “democráticas” e os longos anos de Joseph Kabila no poder (2001-19)</i>	60
3.1.6. <i>Atual conjuntura: breve relato da atualidade de Félix Tshisekedi (desde 2019)</i>	65
3.2. Resoluções da MONUSCO.....	67
3.2.1. <i>Resoluções da ONU</i>	68
3.2.2. <i>Resoluções da MONUSCO</i>	69

3.3. Críticas pós coloniais em relação à MONUSCO: perspectivas futuras da operação.....	75
3.4. Conclusão.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96

INTRODUÇÃO

O filósofo canadense, Howerd Adelman, definiu intervenção militar⁵ como uso de força física dentro de um território soberano por outros Estados ou pelas Nações Unidas, para efeitos de proteção ou de ajuda de emergências às populações desse território (ADELMAN, 1992, p.18). As Operações de Paz das Nações Unidas, baseadas nesse conceito de intervenção, tornaram-se um dos focos das teorias de segurança coletiva das Relações Internacionais, modificando-se, não só com as condições de tempo, mas à medida em que novas críticas do ramo acadêmico surgiram.

Tendo em vista os Estudos de Segurança Internacional e as Relações Internacionais, o presente trabalho opta por utilizar as teorias pós coloniais enquanto marco teórico. Isso porque, no cerne de seu estudo, encontram-se perspectivas que tentam corrigir a visão hegemônica das teorias de Relações Internacionais, como o etnocentrismo e o ideal ocidental da existência de povos dominados e culturas consideradas “primitivas”. Dentre essas perspectivas, destacam-se as críticas direcionadas às intervenções humanitárias e o entendimento de uma “paz liberal” implementadas por essas empreitadas. Pesquisadores como Marta Iñiguez de Heredia, Gayatri Spivak, Oliver Richmond, Mac Ginty, Vivienne Jabri e Francine Rossone Silva são associados com essa temática, aplicando críticas e possíveis soluções para a questão.

A partir dessa perspectiva teórica, a presente pesquisa terá como estudo de caso a intervenção realizada na República Democrática do Congo, que iniciou devido ao Genocídio de Ruanda (1994), e que possui duas fases: a MONUC (United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of Congo) e sua sucessora a MONUSCO (United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo), implementada em julho de 2010 após a resolução 1925 e, tem como objetivo implementar certas questões não resolvidas pela sua antecessora, assim como modificar a missão de acordo com as mudanças sofridas no país do âmbito

⁵ Os princípios das Operações de Paz são imparcialidade, consentimento, redução do uso da força, no entanto, eles têm sido relativizados, especialmente a medida em que há um processo voltado para a manutenção de determinados regimes, sofrendo alterações ao longo do tempo, sendo a RDC um caso específico disso

político e de segurança (DOSS, 2015), com pilares baseados na proteção de civis e e estabilização e consolidação da paz. Dentre alguns desses objetivos, destacam-se

“salientando a urgência de implementar uma reforma abrangente do setor de segurança e de (...) considerando a necessidade de criar as condições de segurança para assegurar um desenvolvimento económico sustentável, e sublinhando a importância do contributo dos parceiros internacionais nestes domínios (...) Reconhecendo a importância de apoiar os esforços de consolidação da paz a fim de consolidar e alcançar mais progressos na estabilização do país, e sublinhando a necessidade de apoio internacional sustentado para assegurar as atividades de recuperação precoce e estabelecer as bases para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2010, p. 1 e 2)⁶.

A partir dessa breve contextualização, a justificativa para o desenvolvimento dessa pesquisa está atrelada a sua possível contribuição para as Ciências Militares e Estudos de Defesa. Nota-se que, desde a virada do século, países de Terceiro Mundo vêm participando cada vez mais de Operações de Paz, incluindo o Brasil que, principalmente com a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), ganhou mais visibilidade internacional no âmbito de cooperação e resolução de conflitos. Tendo em vista essa conjectura e, almejando que o Brasil tenha maior sucesso nesses aspectos futuramente, o presente estudo pretende trazer para discussão nacional as questões impeditivas e suas possíveis soluções para que as missões de paz das Nações Unidas alcancem seu objetivo final: a paz duradoura e de longo prazo nos países em que são estabelecidas.

O marco geográfico e temporal a ser utilizado, será a República Democrática do Congo a partir da implementação da segunda fase da missão (MONUSCO), em 2010, até a virada da década.

A escolha para tal recorte se dá por alguns motivos. O primeiro está atrelado ao fato de querer trazer para discussão as Operações de Paz à luz de uma teoria mais crítica das Relações Internacionais — pós colonialismo. Para tal, foi necessário um afunilamento do caso. Foi decidido, então, por manter o tema na contemporaneidade, assim, seria necessário a escolha de uma missão de paz que estivesse em vigor. Além

⁶ Original: “stressing the urgency of implementing comprehensive security sector reform and of (...) considering the need to create the security conditions for ensuring sustainable economic development, and stressing the importance of the contribution made by international partners in these fields (...) Recognizing the importance of supporting peacebuilding efforts in order to consolidate and achieve further progress in the stabilization of the country, and stressing the need for sustained international support to ensure early recovery activities and lay the foundations for sustainable development” (ONU 2010, p 1 e 2).

disso, como existe essa vontade de inserir o Brasil na presente pauta, optou-se, também, por uma Operação que possuísse participação brasileira.

O segundo motivo para tal delimitação, agora falando mais a respeito da escolha específica da MONUSCO, é o fato de que os dois últimos *force commanders* da missão são dois generais brasileiros, tornando a discussão ainda mais próxima do nacional. Além disso, o país está situado no continente africano, que é parte do entorno estratégico brasileiro.

O terceiro e quarto motivos estão atrelados a um âmbito mais pessoal, já que, primeiramente, tenho um pai que comandou as tropas dos fuzileiros navais no Haiti (MINUSTAH) e, por esse motivo, me incentivou a puxar matérias e a estudar a temática das operações de paz. Em segundo lugar, motivo pessoal pelo qual escolhi a República Democrática do Congo, é que possuo um tio que foi o Embaixador brasileiro no país até o início da pandemia do Corona Vírus.

Em relação ao marco temporal, como dito anteriormente, optou-se por manter a discussão atual, escolhendo assim, a Resolução 1925 (2010), ao invés da 1279 (MONUC).

A partir dessa delimitação, a pesquisa tem como objetivo geral, a análise das faltas estratégicas nos níveis operacionais e táticos que podem explicar a dificuldade de se alcançar um fim desejado para as Missões de Paz, mais especificamente para a MONUSCO. Sendo faltas estratégicas atreladas ao planejamento e estabelecimento de metas que visem o alcance de objetivos políticos; nível operacional ao delineamento, planejamento e execução de campanhas necessárias para a ligação entre estratégia e tática; enquanto nível tático diz respeito à ações de combate, logística e de apoio em geral na prática.

Atingir os objetivos políticos, ou seja, o cumprimento do mandato, seria o caminho de se alcançar o sucesso. A partir disso, nota-se que, esses objetivos estão relacionados a um ideal de paz liberal, ocidentalizada e colonializada, já que é baseada no estabelecimento de um desenvolvimento económico sustentável, apoiada em ideais ocidentais de democracia, livre mercado, “caracterizados por programas, práticas e ações implementadas verticalmente, de cima para baixo, em áreas que não são

necessariamente identificadas como prioridade pela população local ou que respondem às causas profundas do conflito armado” (CAVALCANTE, 2013).

Tendo isso em vista, para alcançar tal finalidade, os objetivos específicos são: a reflexão acerca da teoria pós colonial, e como ela incide, tanto no continente africano, como nas Operações de Paz como um todo; definir o que são as Operações de Paz e o que significaria seu sucesso e, a partir disso, explicar como a paz liberal é um elemento estruturante delas; para, por fim, apresentar o histórico da República Democrática do Congo, analisando a missão implementada no país e coletando os aspectos/características da paz liberal, a partir de literaturas pós-coloniais que podem explicar a não conclusão eficaz da missão.

A questão a ser trabalhada nesse estudo de caso específico é que, como é apontado por teóricos pós coloniais, a MONUSCO acredita que a questão do conflito é um problema interno que pode ser resolvido pela intervenção externa, e coloca a paz liberal como paz sustentável que pode ser alcançada através de avanços na democracia, no estado de direito, e no desenvolvimento econômico (ONU, 2010).

Sendo assim, a presente pesquisa trabalhará a paz liberal enquanto um fenômeno/expressão/dimensão da colonialidade que estrutura os objetivos políticos das operações de paz, verificando se esse elemento é um limitador de seu sucesso. Esses aspectos ocidentalizados podem ser vistos na Resolução 1925 principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de um desenvolvimento sustentável na República Democrática do Congo.

Tendo em vista essa conjuntura, o presente trabalho pretende responder **quais as faltas políticas que afetam os níveis estratégicos, operacionais e táticos das Operações de Paz da ONU que são responsáveis pela falta de sucesso das Missões de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo, desde a implementação da MONUSCO em 2010?**

Dessa forma, o argumento levantado é que o ideal ocidentalizado e colonial de paz (liberal), que é usado como solução única e generalizada para as questões enfrentadas em países que recebem as Operações de Paz das Nações Unidas, representa um empecilho para o sucesso dessas, utilizando como estudo de caso a MONUSCO.

Para tal, a metodologia a ser utilizada na presente pesquisa será o estudo de caso. Esse método é bem definido por John Gerring como:

“um estudo intensivo um único caso, com o objetivo de generalizar para um conjunto maior de casos. Segue-se dessa definição que os estudos de caso podem ser pequenos ou grandes, qualitativos ou quantitativos, experimentais ou observacionais, síncronicos ou diacrônicos (...) O projeto de pesquisa de estudo de caso constrói sua observação a partir de um único caso ou um pequeno número de casos” (GERRING, p. 115 e 116, 2007)⁷

Neste trabalho, o fenômeno será um estudo de caso pequeno, qualitativo, observacional e diacrônico — serão observados unidades dentro do caso ao longo do tempo (GERRING, 2007). Além disso, o tema é bem delimitado em tempo e espaço — República Democrática do Congo a partir da implementação da segunda fase da missão, a MONUSCO, em 2010, até a virada da década — enquadrando-se na metodologia proposta.

Analisando outros aspectos identificados por Gerring como ideias para um estudo de caso, a presente pesquisa será orientada para geração de hipótese, terá validade interna, *insight* em mecanismos causais e escopo de proposição profundo. Ademais, intende ter variáveis heterogêneas, força causal forte, variação útil rara e disponibilidade de dados concentrado (GERRING, 2007).

A presente pesquisa será de cunho bibliográfico e exploratório. Bibliográfico, já que, tem como objetivo levantar o conhecimento disponível a partir de obras publicadas para analisar um determinado fenômeno e construir um modelo teórico explicativo (KOCHE, 1997). No caso deste trabalho, para auxiliar na fundamentação da hipótese exposta anteriormente — **(a paz liberal enquanto empecilho para o sucesso da MONUSCO)**. E, exploratório, porque pretende fazer um levantamento da presença de variáveis e da sua caracterização qualitativa, ou seja, descrevendo sua natureza (KOCHE, 1997).

Tendo em vista esses aspectos, a coleta de dados irá ser baseada no levantamento de literaturas impressas e *on line* relacionadas ao tema, sendo elas livros,

⁷ Original: “an intensive study of a single case with an aim to generalize across a larger set of cases. It follows from this definition that case studies may be small or large, qualitative or quantitative, experimental or observational, synchronic or diachronic (...) The case study research design constructs its observations from a single case or a small number of cases” (GERRING, p. 115 e 116, 2007)

artigos publicados em revistas e em simpósios, sites oficiais, reportes e relatórios de instituições devidamente referenciadas, além de legislação nacional e internacional. Será incluso também, como critério, materiais na íntegra e limitadas no tempo, por ano, para que seja facilitada a organização e o entendimento em leituras posteriores. Os materiais coletados, lidos e analisados, serão registrados e classificados para que posteriormente seja sistematizado para a elaboração do trabalho.

O objetivo do levantamento dessas literaturas é a coleta dos aspectos da paz liberal implementada pelas Nações Unidas em suas missões e que vêm dificultando, e até impedindo, o alcance de seu objetivo final: a paz duradoura e de longo prazo. Além disso, tem-se por objetivo também a coleta de dados e referenciais teóricos sobre as possíveis soluções para tal problemática a fim de que as futuras gerações de Operações de Paz — de acordo com as pesquisas de Kai Kenkel — tenham pleno sucesso em suas ações.

Após a coleta dos dados, e a apresentação desta dissertação, a pesquisa será continuada para que, futuramente apresente as possibilidades de projeção do poder militar brasileiro — que vêm ganhando mais visibilidade desde a virada do século e principalmente após a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) — em consonância com os objetivos político-estratégicos da nação a fim de tornar o Brasil protagonista e produtor de soluções para casos específicos de cada missão de acordo com a região na qual está estabelecida. Além disso, após esse processo, as referências bibliográficas serão catalogadas em uma tabela a ser dividida de acordo com os problemas produzidos pela paz liberal a serem estudados. Assim, os casos poderão ser analisados por uma perspectiva pragmática com uma visão global e coerente do objeto de estudo com o foco em entidades definidas, ou seja, nas instituições e eventos envolvidos.

Dessa forma, a pesquisa pretende ser dividida, em três capítulos. O primeiro, que será dividido em três seções, abordará respectivamente as teorias pós coloniais, e como elas olham o continente africano.

O segundo capítulo tratará sobre as missões de paz de uma forma geral. Sua primeira seção abordará a definição de sucesso para a ONU e os tipos de Operações de Paz, a segunda seção tratará das gerações das Operações de Paz baseando-se no artigo

de Kai Kenkel, “*Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”*”. Já a terceira seção pretende discutir a paz liberal como um elemento estruturante das Operações de Paz. Apontando um vínculo entre paz liberal, colonialidade e Operações de Paz.

O terceiro e último capítulo será dividido em três seções, a primeira abordará um breve histórico da República Democrática do Congo, desde sua colonização pelos belgas até as últimas eleições em 2019. A segunda se aprofundará nas Resoluções da MONUSCO, iniciando pela sua pioneira (1925/2010). A terceira seção apontará as críticas pós coloniais que se encaixam nas características e as tendências e perspectivas futuras da operação, mostrando como os elementos que constituem a paz liberal vinculados a colonialidade são limitadores do sucesso da MONUSCO.

Por fim, nas considerações finais, haverá sugestões de direcionamentos para possíveis debates sobre o que pode ser feito efetivamente para reverter tal situação futuramente e, aonde o Brasil entra nessa virada.

Vale ressaltar que a presente pesquisa não tem fins lucrativos, nem pretende chegar a uma solução efetiva para a questão colocada, apenas propõe uma análise mais crítica de um assunto tão presente no dia a dia do internacionalista, e questionar sobre o caráter das operações de paz como realmente necessárias e altruístas — como as Nações Unidas tem a tendência de mostrar.

Capítulo 1 - Teorias pós-coloniais nas Relações Internacionais e nos Estudos de Segurança

Uma das maiores falácias do pensamento e estudo das Relações Internacionais e de Segurança se dá no quase completo negligenciamento dos povos e comunidades locais. Uma reflexão crítica sobre esses lapsos de informação sobre os povos nativos é capaz de revelar fortes preceitos que atualmente dominam as noções, perspectivas e teorias da disciplina e, por conseguinte, acabam por exercer forte influência e autoridade sobre as questões que vem a delimitar, descrever e propor novas problemáticas e elucidações sobre ela (BEIER, 2002).

Visto que, na grande maioria das vezes, a ontologia da disciplina se dá através de um pensamento Hobbesiano, acaba por negar qualquer possibilidade de uma comunidade política sem a presença de um Estado. Esse pensamento se baseia essencialmente na aceitação do Estado Westphaliano como a única forma possível e legítima de poder político (BEIER, 2002). Dessa forma, o estudo tradicional das relações internacionais infere, de certa maneira, que as noções ontológicas imaginadas por seus preceitos pertencem a um espaço extremamente reduzido, e as concepções de conceitos como segurança, soberania e comunidade são bastante limitados (BEIER, 2002).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, os estudos de Segurança e das Relações Internacionais sofreram uma ampliação, tornando o termo mais abrangente. Questões políticas, coesão societal, relação entre ameaças e vulnerabilidades (não) militares passaram a ser abordadas no cerne dos estudos. Segundo Buzan e Hansen, havia uma necessidade de: “desafiar a ênfase nas capacidades materiais, assim como premissas estadocêntricas, abrindo caminho para estudos sobre a importância das ideias, da cultura e dos objetos de referência para a segurança que não fossem o estado” (BUZAN; HANSEN, 2012, p.25). Ou seja, desejava-se expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força (BUZAN; HANSEN, 2012).

Os Estudos de Segurança Internacional e Relações Internacionais, são disciplinas anglo-americanas baseadas em concepções ocidentais do Estado, por esse motivo:

“Esta concepção possui sem dúvida, uma relevância política e empírica limitada para grande parte do mundo não ocidental, onde o desenho das fronteiras coloniais, desrespeitando comunidades e alianças locais, produziu um conjunto radicalmente diferente de estruturas políticas, econômicas e culturais (Ayoob, 1984; Krause, 1996; Bilgin, 2008)” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 49).

A partir disso, o conceito tradicional de segurança baseado no Estado mostra-se ser eurocêntrico, ou seja, a segurança dos cidadãos é equivalente a segurança do Estado. Dentro dessa perspectiva, excluía-se, por exemplo, ameaças que os próprios regimes poderiam causar à sua população (BUZAN; HANSEN, 2012). Dessa forma, tornava-se necessário a “conceitualizações de segurança que reconhecessem a especificidade do Terceiro Mundo” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 305). Isso porque, ao se olhar para os processos históricos desses países, nota-se que os processos de consolidação de seus Estados foram marcados por uma forte violência para se alcançar a independência de seus colonizadores. No entanto, nota-se também que, muitas das características das relações colonizado-colonizador, permaneceram. Com base nisso, surge a teoria pós colonial, a ser explorada mais a fundo na primeira seção deste capítulo, e que, ao longo da presente pesquisa, será utilizada como marco teórico para avaliar as faltas operacionais e táticas na MONUSCO.

Dessa forma, levando em conta os termos expostos, o presente capítulo buscará refletir sobre a teoria pós colonial e como ela incide no continente africano.

1.1. A teoria pós colonial

O movimento pós-colonial começou na década de 90 com o objetivo de transgredir as fronteiras a partir de questionamentos, visando o estabelecimento de novas relações e novos espaço — questões como “refugiados” passam a ocupar um lugar central nessa dinâmica teórica, por exemplo.

Os estudos pós coloniais têm como foco a sociedade não ocidental, questionando o eurocentrismo proeminente das Relações Internacionais. Esses estudiosos fazem uma revisão crítica do passado para analisar as assimetrias de poder

no presente, criticando todas as formas de poder e dominância social (anticolonialismo). Frantz Fanon, por exemplo, reflete sobre os efeitos da colonização sobre o colonizado.

A teoria pós colonial traz para o centro dos estudos de Segurança e Relações Internacionais, outros objetos de referência em termos não ocidentais e que, necessitam de uma nova abordagem metodológica e epistemológica (BUZAN; HANSEN, 2012). Para esses pesquisadores, não existe

“um conceito universal e globalmente compartilhado de segurança (...) estudos de campo etnográficos podem identificar construções locais de segurança que diferem do que normalmente é admitido no ESI (centrados no Ocidente) (...) indicam profunda variação em como as sociedades se organizam e como se compreendem princípios políticos essenciais, por exemplo, governança, violência e legitimidade” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 307).

Seguindo essa perspectiva, os pós coloniais afirmam que o Ocidente construiu uma visão política e acadêmica do “outro”. Para Buzan e HANSEN: “Essas identidades inferiores assumem uma imutável essência cultural pré colonial que pode ser mobilizada pelo Ocidente” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 306) e que são utilizadas para impedir o sul global de exercer certas ações, colocando-os como inferiores, retirando sua agência e passando uma imagem infantilizada. Segundo Edward W. Said, existe “a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeias” (SAID, 2021, p. 34). Entende-se europeu enquanto o “eu” ocidental, superior, desenvolvido.

A diferenciação do “eu” e do “outro” é construída sob a identidade oposição X continuidade, ou seja, o poder só existe dentro de uma relação e, dessa forma, nenhum grupo está na periferia se um outro grupo não tiver acumulado poder suficiente para criar o centro. O mainstream das Relações Internacionais é legítimo pela exclusão das demais visões, colocando o silêncio como objetivo. Por esse motivo, para Spivak: “a tarefa do intelectual pós colonial deve ser a de criar espaços por meio dos quais os sujeitos subalternos possam falar para que, quando ela ou ele o façam, possam ser ouvido(a)s” (SPIVAK, 2021, p.16).

Há, portanto, uma necessidade de se produzir alternativas aos discursos dominantes e eurocêntricos, problematizando práticas de poder, olhando de forma diferente para o campo jurídico, redefinindo os pilares do Estado moderno e incluindo

questões como raça, gênero e meio ambiente, por exemplo, no centro dos estudos sobre Segurança e Relações Internacionais: “apresentar modelos alternativos aos modelos relativamente simplificadores e aos modelos restritivos e baseados na hostilidade mútua” (SAID, 2021, p. 20).

Dentro de suas críticas, os teóricos pós coloniais falam sobre a existência de uma “paz liberal”, que seria uma forma de paz com pilares ocidentais, implementada de forma forçada sobre sociedades não ocidentais e que, portanto, não teriam os mesmos valores e ideais.⁸ Assim, a paz liberal reforça, ainda mais, essa dualidade que existe entre o “eu” e “outro”/“desenvolvido” e “atrasado”, baseando-se avanço da democracia, no estado de direito, no livre comércio e no desenvolvimento econômico.

Tendo em vista isso, o pós colonialismo vêm como teoria que questiona o eurocentrismo e a paz liberal, tentando achar formas alternativas para devolver a agência à esse “outro”. Na próxima seção, será abordado esse olhar sobre o continente africano.

1.2 Olhar pós-colonial sobre o continente africano⁹

Ao concentrarmos o foco mais especificamente no continente africano, pode-se notar que as mesmas percepções analíticas permanecem predominantes sobre os estudos e convicções obtidas, como por exemplo o fato da análise das relações internacionais africanas serem restritas as relações com o ocidente e os chamados Estados Modernos, mais especificamente com as potências europeias (SMITH, 2012).

Essa visão ignora quase que completamente as relações do continente africano com o oriente e o mundo árabe, e aspectos como a prática da escravidão existente no Islã (acredita-se que presente oito séculos antes do estabelecimento do tráfico negreiro no século 15), que moldaram fortemente as práticas e culturas do continente africano. Sem contar as relações do continente com outras potências da eurásia como a China e a

⁸ “a paz liberal é entendida como uma abordagem *top-down* que, por vezes, ignora ou negligencia as necessidades diárias e as realidades socioeconômicas encontradas nos contextos específicos de conflitos armados” (CAVALCANTE, 2013, §. 13)

⁹ “The rule of neutrality has also been most often broken in Africa” (HEREDIA, 2019, p. 626)
Tradução: “A regra de neutralidade tem sido mais quebrada na África”

Índia, extremamente influentes e presentes nas relações dos estados africanos nos últimos séculos (SMITH, 2012).

Portanto, a noção de que a África possui uma visão única e centralizada sobre o internacional está equivocada, ainda mais quando entendimentos diversos e muitas vezes contraditórios podem ser encontrados, como a divisão do continente entre Ocidente e Oriente ou Norte e Sul e a suposta homogeneidade esperada dentro dessas divisões imaginadas (SMITH, 2012).

Outro motivo pelo qual o conceito do internacional pode apresentar problemas é de que ele está essencialmente assentado no conceito da soberania e na formação do Estado Moderno, critérios que não são empiricamente cumpridos por muitos dos Estados africanos de acordo com diversos acadêmicos. A própria ideia do internacional impõe a necessidade de uma clara distinção entre o doméstico e o internacional, e o estabelecimento de fronteiras explícitas entre Estados, condições que se tornam quase que inalcançáveis pelo fato de que, a maioria das fronteiras dos países africanos terem sido impostas pelas potências coloniais, e pela própria interpretação dos povos nativos como é evidenciando por Reed na passagem a seguir sobre um incidente ocorrido em 1991 (SMITH, 2012).

“No que de outra forma teria sido considerado um ato de guerra interestatal, soldados e oficiais do exército de Uganda invadiram a vizinha Ruanda na tentativa de derrubar o governo do país. A invasão foi redefinida como um conflito doméstico ruandês, no entanto, devido ao fato de que os soldados em questão, embora suas famílias vivessem em Uganda por quase trinta anos, eram em grande parte de origem étnica ruandesa. Embora essas pessoas fossem indistinguíveis dos ugandenses, eles eram participantes diretos na política do que eles, e outros ugandenses, consideravam seu país natal, Ruanda. Assim, neste caso, o “reino doméstico” para a política ruandesa transcendeu as fronteiras do estado territorial” (REED, 1995, 142)¹⁰.

De acordo com Smith não são apenas as fronteiras físicas que se demonstram problemáticas no continente africano, já que a divisão conceitual entre doméstico e internacional se dá em uma discussão muito distante da realidade da população em um

¹⁰ Original: “In what would otherwise have been considered an act of inter-state war, soldier and officers in the Ugandan army invaded neighboring Rwanda in an attempt to overthrow the government of the country. The invasion was redefined as a Rwandan domestic conflict, though, because of the fact that the soldiers in question, though their families had lived in Uganda for nearly thirty years, were largely of Rwandan ethnic stock. While these people were indistinguishable from Ugandans, they were direct participants in the politics of what they, and other Ugandans, considered to be their home country, Rwanda. Thus, in this case, the “domestic realm” for Rwandan politics transcended the boundaries of the territorial state” (REED, 1995, 142).

nível local. Muitos dos problemas vivenciados por essas pessoas não são facilmente percebidos/relacionados com as suas causas de dimensão internacional, afinal como não associar questões como a pobreza, a falta de saneamento, educação básica e a ausência de programas de saúde eficientes aos constrangimentos impostos pelo internacional, conduzidos pelo atual sistema neoliberal e as instituições que o compõe. Como é o caso do conflito na República Democrática do Congo que será estudado com mais atenção posteriormente no artigo, mas que, em linhas gerais, apesar de ser considerado um conflito interno (intra-estatal), tem dimensões e repercussões internacionais significativas (SMITH, 2012).

Seguindo essa perspectiva focada no continente africano, Fanon afirma que “para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco” (FANON, 2020, p. 24). Isso ocorre já que, quem dita as regras são os poderosos, ou seja, homens brancos ocidentais e, dessa forma, moldam as ideias da paz a partir de suas concepções pré-estabelecidas baseadas em sua realidade e trajetória.

“Todo povo colonizado — isto é, todo povo em cujo seio se originou um complexo de inferioridade em decorrência do sepultamento da originalidade cultural local — se vê confrontado com a linguagem da nação civilizadora, quer dizer, da cultura metropolitana” (FANON, 2020, p. 32).

A partir dessa pre-concepção de inferioridade X superioridade, o Ocidente retira a agência do continente africano, infantilizando a população de cada país, “dirigindo-se a um negro, o branco se comporta exatamente como um adulto diante de um menino” (FANON, 2020, p. 45). Isso acontece devido a uma psicologia da colonização, que coloca o ser colonizado enquanto “primitivo” e o colonizador como “desenvolvido” (FANON, 2020). Essa ideia é enraizada tanto pela ex metrópole, quanto pela pós colônia, que rejeita seus próprios ideias e cultura, devido a uma necessidade de “sanção” ocidental, e conseqüentemente, branca. Fanon afirma: “A pessoa é branca, da mesma forma que é rica, da mesma forma como é bela, da mesma forma como é inteligente” (FANON, 2020, p.66). Dessa forma, o Ocidente, o europeu/estadunidense branco torna-se fonte de desenvolvimento e único provedor possível da paz.

“O problema da colonização comporta, assim, não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições (...) o fato de ‘civilizados’ e ‘primitivos’ entrarem em

contato cria uma situação particular — a situação colonial —, fazendo aparecer um conjunto de ilusões e mal-entendidos” (FANON, 2020, p. 100).

Esse pensamento de inferioridade colonial é análogo à superiorização europeia, ou seja, é este último — sociedade racista¹¹ — que constrói o inferiorizado (FANON, 2020), criando assim o discurso “primitivo” X “desenvolvido”, “eu” X “outro”. Além disso, Fanon deixa bem claro que para o pós colonizado só existem duas alternativas óbvias: “paga com complexo de inferioridade por sua recusa a dependência (...) concede ao malware a escolha entre inferioridade e a dependência. Fora dessas duas soluções, não há salvação” (FANON, 2020, p. 108). Segundo ele, essa ideia está tão enraizada no consciente do pós colonizado que é necessário mudanças estruturais da sociedade (FANON, 2020).

“De tempos em tempos, ele luta pela liberdade e pela Justiça, no entanto, se trata sempre da liberdade branca e da justiça branca, isto é, valores excretados pelos senhores. (...) E ele empreenderá e travará essa luta não seguindo uma análise marxista ou idealista, mas simplesmente porque será capaz de conter sua existência sob a forma de um combate travado contra e exploração, a miséria e a fome” (FANON, 2020, p. 231 e 235).

Levando em conta os termos expostos, Achille Mbembe em seu artigo “*Provisional Notes on the Postcolony*” trata sobre a banalidade do poder na “pós-colônia”, onde o Estado, munido do uso legítimo da força¹², submete sua população à suas vontades. Segundo ele, a África é a “região do mundo onde o poder, qualquer que seja e sob a chancela dos déspotas, concede-se automaticamente a imunidade” (MBEMBE, 2021, p. 27):

“dada trajetória histórica — a das sociedades recém-saídas da experiência da colonização e da violência em que a relação colonial envolve (...) caoticamente pluralista, mas com uma coerência interna (...) a pós colônia possui instituições corporativas e uma máquina política, que, uma vez

¹¹ “O preconceito de cor nada mais é que do que um ódio irracional de uma raça por outra, o desprezo dos povos fortes e ricos por aqueles que consideram inferiores a si próprios” (FANON, 2020, p. 133)

¹² “they (state power) also have resort, if necessary, to the systematic application of pain” (MBEMBE, 1992, p.4). Tradução: “eles (poder estatal) também têm recursos, se necessário, para a aplicação sistemática da dor”.

instaladas, constituem um regime distinto de violência” (MBEMBE, 1992, p. 3)¹³.

Além disso, "interpretam o conflito em países-alvo através de um quadro racializado” (HEREDIA, 2019, p.625)¹⁴, o que explicaria o porquê da África ser a região com maior número de intervenções.

Assim, ocultando-se por trás de elaborações de política, o Estado faz o que bem entende com sua população (MBEMBE, 1992). E como o Estado é guiado por governantes fantoches do Ocidente, o próprio Estado torna-se conivente com ideais contrários ao que sua própria sociedade acredita, já que “não tinham como objetivo liquidar a relação colonial, mas sim de estabelecê-la em contrato e terceirizá-la para procuradores nativos” (MBEMBE, 2021, p. 28 e 29). Dessa forma, o local acaba por incorporar o branco ocidental, ou seja, valores divergentes ao seu.

“os sujeitos da pós-colônia também tiveram que ter uma habilidade marcante para gerenciar não apenas uma única identidade para si mesmos, mas várias, que são suficientemente reflexivas para que eles negociem como e quando necessário. (...) a pós-colônia fez das dominações um regime que envolve não apenas controle, mas convívio, até conivência” (MBEMBE, 1992, p. 5 e 24)¹⁵.

É a partir dessa pluralidade caótica, que os conflitos surgem, incapacitando a estabilidade regional (MBEMBE, 1992).

“Para que a democracia se enraíze na África, seria preciso que ela fosse carregada por forças sociais e culturais organizadas; por instituições e redes fundadas pelo gênio, pela criatividade e principalmente pelas lutas cotidianas das próprias pessoas e de suas tradições de solidariedade (...) dar conta do fator objetivo que é a multiplicidade social (...) e a partir dele imaginar novas formas de luta, mobilização e liderança” (MBEMBE, 2021, p. 25 e 31).

¹³ Original: “given historical trajectory — that of societies recently emerging from the experience of colonization and the violence in which the colonial relationship involves (...) chaotically pluralistic, yet it has an internal coherence (...) the post colony is also made up of a series of corporate institutions and a political machinery, once they are in place, constitute a distinctive regime of violence” (MBEMBE, 1992, p. 3)

¹⁴ Original: “interpret conflict in target countries through racialised frames” (HEREDIA, 2019, p.625)

¹⁵ Original: “subjects in the post-colony have also had to have a marked ability to manage not just a single identity for themselves, but several, which reflexible enough for them to negotiate as and when required. (...) the post colony made of dominations a regime that involves not just control, but conviviality, even connivance” (MBEMBE, 1992, p. 5 e 24)

Essa questão será abordada no capítulo a seguir, ao tratar das operações de paz à luz do pós colonialismo.

1.3. Conclusão do capítulo

Neste capítulo foram analisadas as teorias pós coloniais, e como elas se debruçam sobre o continente africano e sobre as percepções de segurança internacional.

Como pôde ser observado, na década de 90, com o fim da Guerra Fria, os temas relacionados à Segurança Internacional e Relações Internacionais foram ampliados para além do estado-centrismo e da discussão sobre questões predominantemente militares. Com essa ampliação, surgem as teorias pós coloniais que tentam se distanciar da forma tradicional hobbesiana do Estado muito enraizada nas disciplinas, devido ao seu caráter preponderante anglo-saxão.

Questionando os ideais ocidentais da paz liberal — como democracia, livre mercado, mercantilização, etc —, os teóricos pós coloniais tentam mostrar que existe uma pluralidade de realidades, e por conseguinte, uma multiplicidade de valores e culturas divergentes daqueles considerados ideais pelo Ocidente.

Dentro desses questionamentos, o continente africano coloca-se como centro dos estudos, principalmente devido ao seu passado colonial, que até hoje penetra suas estruturas sócio-políticas. Como é mostrado no presente capítulo, isso acontece porque a doutrina internacional é dominada pelos países considerados mais “desenvolvidos”, de “primeiro mundo” — países como Estados Unidos, França e Reino Unido —, que querem manter sua relação de poder sobre esses países considerados “atrasados”. Para tal fim, eles apoiam governos déspotas que são feitos de fantoches para reproduzir seus interesses, minando assim qualquer forma de resistência. Além disso, as pós-colônias acabam por se moldarem à esse ideias de forma inconsciente, esquecendo-se, até, de sua própria cultura.

Outro ponto ressaltado no capítulo, é a associação do ocidental ao branco. Ou seja, tudo que é considerado “desenvolvido” é branco. Sendo esse um outro motivo pelo qual o continente africano é tão assolado por intervenções. Há uma racialização dessa operações.

O próximo capítulo trará uma definição a respeito das Operações de Paz das Nações Unidas, trazendo o que seria sucesso para elas, discutindo a paz liberal enquanto objeto de colonialidade e elemento estruturante das missões.

Capítulo 2 - Paz liberal, colonialidade e as Operações de Paz

A Organização das Nações Unidas (ONU) define as operações de paz como um conjunto de atividades empreendidas pelas Nações Unidas e outros atores internacionais para promover e manter a paz e a segurança internacionais (ONU, Maintain International Peace and Security, 2023). Ou seja, uma série de atividades realizadas pela comunidade internacional para promover a paz e a segurança em áreas afetadas por conflitos.

As operações de paz podem assumir várias formas, incluindo manutenção da paz (*peacekeeping*), construção da paz (*peacebuilding*), prevenção de conflitos, assistência humanitária e desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR). Essas atividades visam prevenir, administrar e resolver conflitos, reduzir a violência e promover a estabilidade e a paz sustentável (ONU, Maintain International Peace and Security, 2023).

As operações de paz costumam ser multidimensionais, envolvendo componentes políticos, diplomáticos, econômicos e de segurança, que requerem a cooperação e coordenação entre uma variedade de atores, incluindo organizações nacionais e internacionais, governos, sociedade civil e a população local (ONU, Maintain International Peace and Security, 2023).

Tendo em vista isso, o presente capítulo tem como objetivo apontar a definição e as gerações de Operações de Paz à luz do pesquisador e professor da área de Segurança Internacional, Kai Kenkel, para em seguida atrelar as teorias pós colônias às intervenções humanitárias realizadas pelas Operações de Paz. Para tal fim, buscará entender como a paz liberal, estudada pelos teóricos pós coloniais, acaba por minar as empreitadas realizadas pelas missões de Nações Unidas na construção de uma paz duradoura.

2.1. Operações de Paz: tipos e definição de sucesso

Para melhor uma melhor compreensão da presente dissertação, esta seção tem como objetivo, em uma primeira parte, abordar os tipos de Operações de Paz que são

implementadas pelas Nações Unidas, e em uma segunda parte definir o que seria o sucesso dessas operações para a comunidade internacional de uma forma generalizada e *mainstream*.

2.1.1. Tipos de Operações de Paz das Nações Unidas

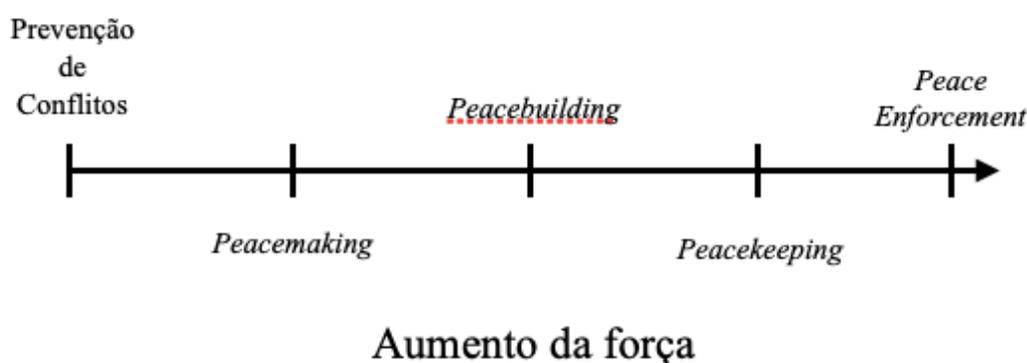
A Organização das Nações Unidas (ONU) implantou vários tipos de operações de paz ao longo dos anos, dependendo da natureza do conflito e dos objetivos da operação. A presente parte abordará alguns dos diferentes tipos destas operações.

- (i) **Prevenção de Conflitos**, este tipo de Operação de Paz envolve esforços para evitar que os certas tensões se transformem em violência, podendo, dentro de suas ações, incluir sistemas de alerta precoce, iniciativas de resolução de conflitos e intervenções diplomáticas destinadas a diminuir as tensões entre as partes em conflito (ONU Terminology, 2023).
- (ii) **Peacemaking**, é um tipo de Operação de Paz que envolve esforços diplomáticos destinados a resolver tensões que já se transformaram em violência e, dentre suas ações, pode incluir mediação, negociação e facilitação de negociações entre as partes em conflito (ONU Terminology, 2023)..
- (iii) **Peace Enforcement**, envolve o uso de força militar para proteger civis da violência ou fornecer assistência humanitária em áreas afetadas por conflitos, podendo ser realizada com ou sem o consentimento do Estado anfitrião, entretanto é necessária a aprovação explícita do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU Terminology, 2023)..
- (iv) **Peacebuilding**, este tipo de operação de paz envolve esforços para apoiar o restabelecimento da paz sustentável em sociedades pós-conflito. O *peacebuilding* pode incluir atividades como a promoção da reconciliação, o apoio ao estado de direito e a reconstrução da infraestrutura. Um exemplo na

RDC, seria o apoio da MONUC para com a realização das eleições livres e democráticas (ONU Terminology, 2023)..

(v)*Peacekeeping (PKO)*, envolve a utilização de pessoal militar e civil para manter a paz e segurança em áreas afetadas por conflitos, podendo incluir tarefas como monitoramento de cessar-fogo, fornecimento de segurança para civis e apoio ao desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes (ONU Terminology, 2023).

Figura 1: Aumento do uso da força em cada tipo de Operação de Paz



Fonte: Interpretação das definições feitas pela ONU (ONU Terminology, 2023).

Tendo em vista isso, cumpre informar que, segundo experiências da ONU, os tipos de Operações de Paz não são utilizadas em sequência ou de forma linear, mas reforçam umas as outras como forma de reduzir a recorrência dos conflitos (ONU, Terminology, 2023).

“As atuais operações multidimensionais de manutenção da paz facilitam o processo político, protegem civis, auxiliam no desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes; apoiar a organização de eleições, proteger e promover os direitos humanos e ajudar na restauração do estado de direito. As operações de manutenção da paz da ONU podem usar a força para defender a si mesmas, seu mandato e os civis,

particularmente em situações em que o Estado é incapaz de fornecer segurança e manter a ordem pública” (ONU, Terminologia, 2023)¹⁶.

Dessa forma, a MONUSCO, estudo de caso da presente pesquisa, tem elementos constitutivos de todos os tipos de Operações de Paz supracitados, que se complementam, entretanto, nesta missão específica, as ações direcionadas ao *peacekeeping* são mais preponderantes — na MONUC, por exemplo, o *peacebuilding* tinha maior importância, uma vez que a comunidade internacional entendia que a República Democrática do Congo encontrava-se em um período pós-conflito.

2.1.2. Definição de sucesso para as Operações de Paz

O sucesso das Operações de Paz das Nações Unidas é um conceito multifacetado que inclui alcançar objetivos políticos e militares, proteger civis, promover os direitos humanos e o estado de direito e apoiar a reconstrução e o desenvolvimento pós-conflito. De acordo com as Nações Unidas, o sucesso na manutenção da paz deve ser medido em relação a três critérios principais: (i) implementação do mandato, (ii) impacto e (iii) sustentabilidade (ONU, 2008).

O sucesso de uma Operação de Paz da ONU é amplamente determinado por sua capacidade de **implementação do mandato** de forma eficaz. Isso envolve o cumprimento dos objetivos centrais da missão estabelecidos pelo Conselho de Segurança da ONU, como manter a paz e a segurança, proteger civis e promover os direitos humanos. A implementação do mandato também requer a construção de confiança com as comunidades locais e partes interessadas, estabelecendo parcerias eficazes com autoridades nacionais e organizações regionais e mantendo boas relações com outras agências da ONU e atores humanitários (ONU, 2008).

O sucesso de uma Operação de Paz da ONU também pode ser medido por seu **impacto** no terreno. Isso envolve avaliar se a missão fez uma diferença positiva na vida

¹⁶ Original: “Today's multidimensional peacekeeping operations facilitate the political process, protect civilians, assist in the disarmament, demobilization and reintegration of former combatants; support the organization of elections, protect and promote human rights and assist in restoring the rule of law. UN peacekeeping operations may use force to defend themselves, their mandate, and civilians, particularly in situations where the State is unable to provide security and maintain public order” (ONU, Terminology, 2023).

das pessoas afetadas pelo conflito, por exemplo, reduzindo a violência, promovendo a reconciliação e melhorando o acesso a serviços básicos como saúde e educação. O impacto pode ser avaliado por meio de uma série de indicadores, incluindo número reduzido de vítimas, maior estabilidade política e melhores condições econômicas e sociais (ONU, 2008).

Por fim, O sucesso a longo prazo de uma Operação de Paz da ONU depende de sua capacidade de construir uma **paz sustentável**. Isso envolve apoiar o estabelecimento de instituições e estruturas de governança eficazes, promovendo o desenvolvimento econômico e social e garantindo que os direitos humanos e o estado de direito sejam respeitados (ONU, 2008).

Dessa forma, o sucesso de uma Operação de Paz, dentro de outros fatores, depende muito do cumprimento destes três componentes. A partir destes, e principalmente da definição de paz sustentável, que a presente pesquisa pretende, utilizando-se do pós-colonialismo, apontar as falhas políticas que dificultam o cumprimento efetivo do mandato da MONUSCO.

2.2. Gerações das Operações de Paz segundo Kai Kenkel

Em seu artigo “Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”, Kai Kenkel divide as Operações de Paz da ONU em cinco gerações, cada uma com suas especificidades, absorvendo e dando continuidade à algumas características já existentes anteriormente. Dentre os principais atributos alvo de mudança destacam-se: o debate em torno da soberania do Estado e a intervenção ou não por parte da organização no território; a atitude das Nações Unidas em relação ao conflito¹⁷, o tipo de paz a ser alcançado e a resolução final; o mandato a ser implementado no pós-missão, e os atores que serão responsáveis pela sua manutenção e sustentabilidade (KENKEL, 2013).

A 1ª geração, ou a conhecida como tradicional, surgiu juntamente da Carta da ONU e tinha como objetivo manter a paz em certas áreas através de ações reativas. Baseada no capítulo VI, essas Operações de Paz, seguiam a chamada “*Holy Trinity*”,

¹⁷ Reativo ou proativo

que desenrola-se em três princípios: o não uso da força, a imparcialidade e a não intervenção. Sua primeira missão foi empregada em 1948, com a criação do Estado de Israel e a necessidade de apaziguar os ânimos palestinos; o compromisso era estabelecer um acordo de paz entre as partes, sem tomar partido, garantindo a estabilidade da área. O posicionamento adotado, mostrou-se um sucesso no curto prazo, no entanto, quando submetido a um espaço de tempo maior, tornou as tensões ainda piores e mais intensas¹⁸. Notou-se, então, que algumas questões precisavam ser mudadas para atingir o êxito completo (KENKEL, 2013).

Essa transformação foi notada a partir de 1956, com a Crise de Suez, que inicia o processo das Operações de Paz da ONU para a 2ª geração, ao enviarem tropas para região no intuito de retirar o contingente inimigo, cogitando ainda, o uso da força, caso se mostrasse necessário. Assim, incorporando algumas das características já existentes, trazendo a possibilidade do uso de força durante as empreitadas, e um outro fator adicional muito importante: a utilização de civis para promover e garantir a estabilidade e a paz — não só no curto, mas no médio e longo prazo. Essa geração ainda era pautada nos ideais Westphalianos de não intervenção e soberania, que colocavam o direito dos Estados à frente dos direitos humanos individuais. Essa lógica tornou-se um problema, a medida em que os Estados aproveitavam-se disso para violar massivamente os direitos de seus próprios cidadãos, protegendo-se por meio desses conceitos (KENKEL, 2013).

Essa dinâmica pode ser vista empiricamente nas missões fracassadas da Somália, Bósnia e Ruanda, que ao falharem na construção da paz, pontuaram mais expressivamente a questão dos direitos humanos, que eram altamente deixados de lado em detrimento do consenso das partes para a intervenção¹⁹ e a imparcialidade²⁰ (KENKEL, 2013).

Assim, mostrou-se necessário, uma reconfiguração das operações, dando origem a 3ª geração, que tornou os direitos humanos motivo predominante para o envio de tropas para certas regiões. Outro caráter importante dessa geração foi apresentada no

¹⁸ Um exemplo seria o surgimento de células terroristas na região

¹⁹ Essa questão tornou-se menos complicada com o fim da Guerra Fria, por facilitar à chegada a um consenso no Conselho de Segurança por parte dos países permanentes (Rússia X EUA).

²⁰ O Genocídio de Ruanda se deu muito devido ao princípio de neutralidade pelo qual a ONU baseava-se.

Timor Leste, quando a Austrália enviou contingente para ajudar o país em sua transição de governo²¹. Antes, a maioria das operações de paz eram feitas em países considerados “periféricos” e sem muita importância geopolítica ou geoeconômica, e tinham como objetivo único, restabelecer a paz, evitando conflitos; a partir dessa geração, os objetivos tornam-se mais robustos, já que a presença no pós-missão, torna-se mais recorrente através do chamado *peace enforcement* (KENKEL, 2013).

A 4ª geração surge incorporando várias questões já existentes²², trazendo o aumento e fortalecimento de conflitos assimétricos, que ganham força, principalmente, após o 11/09. Além disso, o conceito de *peacebuilding* passa a ser utilizado a partir da publicação da “*Agenda for Peace*”: “action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse in the conflict” (ONU, 1992).

Essa concepção é pautada no pensamento ocidental de uma paz democrática/liberal como única solução para garantia, não só da paz, mas também do desenvolvimento (KENKEL, 2013). Ela é expandida ainda mais nas operações de paz de 5ª geração, classificadas como híbridas, por apresentaram uma maior diversificação de atores envolvidos na implementação e manutenção da paz. Atores intergovernamentais e não-governamentais passam a atuar em conjunto para atingirem objetivos em comum dentro de uma intervenção, existindo uma maior divisão das ações e dos setores, não centralizando apenas nas mãos das Nações Unidas. Além disso, essa geração marca o aumento das missões de paz conduzidas por países considerados do “3º Mundo”, com Índia e Brasil²³, que vêm nessas operações uma forma de expansão de sua influência internacional, sua importância no sistema, e uma oportunidade para reivindicarem um acento permanente no Conselho de Segurança, garantindo assim, poder de veto, além de uma diversificação dos atores que detém o poder dentro da ONU (KENKEL, 2013).

²¹ E garantir sua influência na região que representa uma área estratégica para a Oceania.

²² Como o uso da força cada vez mais presente; a violação dos direitos humanos como motivo para intervenção, destacando a importância da individualidade em detrimento da soberania (postura pós-westphaliana); uso de ações militares e civis no processo, etc.

²³ A Índia é, atualmente, uma das maiores fornecedoras de tropas para o Departamento de Operações de Paz (DPKO), e o Brasil, teve um papel fundamental na missão de 4ª geração no Haiti (MINUSTAH), oferecendo tropas e grande auxílio entre 2004 e 2017, durante os 13 anos da missão.

Dessa forma, classificando as operações de paz em cinco gerações, nota-se que, mesmo que não em uma continuidade perfeita, há uma evolução nas missões empregadas pelas Nações Unidas. Vale ressaltar que essas intervenções, sendo bem sucedidas ou não, recebem críticas, principalmente em relação a implementação da paz liberal, que ocidentaliza os Estados, tornando-os mais dependentes da ideia capitalista e dos países mais “desenvolvidos”, muitas vezes contrariando os ideias locais, retomando uma lógica colonialista e imperialista. Essas críticas serão abordadas mais profundamente na próxima seção.

2.3. Operações de paz sob uma ótica pós colonial: paz liberal enquanto empecilho

Ao mencionar “o tipo de paz a ser alcançado”, Kenkel está falando sobre a paz ideal para as Nações Unidas, ou seja, uma concepção pautada no pensamento ocidental de uma paz democrática/liberal como única solução para garantia, não só da paz, mas também do desenvolvimento (KENKEL, 2013).

A partir desse ideal de paz construído pelo ocidente, a teoria pós-colonial acusa o ocidente de ignorar particularidades locais, seus valores e entendimentos de bem-estar e de paz, devido a sua natureza excludente e imperialista do ideal de paz (SILVA, 2012, p.56), que tem como foco o Estado democrático, as burocracias, os processos políticos formais, o livre mercado, entre outros fatores que, na maioria das vezes não representa os ideais e os valores de países que recebem uma missão de paz. Ou seja, há uma incompatibilidade entre o ideal promovido pelas operações e a realidade local.

Richmond reforça que, ao não levar em consideração as especificidades de cada sociedade, as operações estão fadadas ao fracasso ou não alcançarão o objetivo final, proposto pela missão. Estudos etnográficos mostram-se, portanto, essenciais para compreender e analisar diferentes perspectivas, bem como padrões de comportamento, para que assim haja uma adequação das medidas a serem adotadas, variando com a especificidade de cada região (SILVA, 2012).

Assim, as necessidades locais são previamente assumidas e não pesquisadas (SILVA, 2012), e os mecanismos de representação são deixados de e substituídos por soluções simplificadas — para problemas complexos —, consideradas pelo ocidente

como melhores (LOURES, GÓIS, 2021). Nesse contexto, há a criação de uma dualidade entre o “eu”, país desenvolvido que deve levar a “civilização” e o “desenvolvimento”, e o “outro”, reforçando uma hierarquia entre o “protetor” e o “protegido” (LOURES, GÓIS, 2021). Esse entendimento “duo” torna o “*Responsability to Protect*” (R2P) uma forma de missão civilizatória (SILVA, 2012). Essa lógica “infantiliza” os países considerados “atrasados” e “primitivos” — por não possuírem os mesmos ideais e valores ocidentais —, retirando assim sua agência local e, afirmando sua incapacidade de determinar o que constitui a identidade política e a paz ideal para seu próprio país (SILVA, 2012).

Esses fundamentos são reforçados no próprio ato de intervenção que, segundo a professora do King’s College London, Vivienne Jabri, não é um projeto emancipatório (JABRI, 2010), como é defendido pelas Nações Unidas e por grande parte dos países ocidentais. Há um certo imediatismo adotado pelas organizações que promovem e implementam as intervenções humanitárias, visando promover a paz através de uma rápida democratização e liberalização, em regiões que não só possuem, como também não possuem estruturas para sustentarem esses tipos de instituições (JABRI, 2010).

O professor e pesquisador Roger Mac Ginty, em uma das publicações, destaca dez pontos criticando a paz liberal, dos quais destacam-se seu caráter etnocêntrico, elitista, superficial, rígido e a imagem de uma paz que na realidade é ilusória (GINTY, 2010/11). Esses aspectos são centrados nas orientações feitas pelo “norte global”, que utiliza-se das operações de paz como mecanismos de disfarce para exportações de ideologias (RICHMOND, 2009), pertencentes à uma elite política, através de soluções imediatas pré-estabelecidas que não visualizam o problema em sua raiz, tornando a paz insustentável no longo prazo (SILVA, 2012), além de amparar mecanismos de desigualdade já existentes anteriormente.

: “Aqui, o paradigma do estilo ocidental de construção do Estado, que está preocupado em formar um executivo, legislativo e judiciário nacionais, confronta estruturas tradicionais resilientes, detentores de poder socialmente legítimos, senhores da guerra abusivos que querem vencer, ou mecanismos de enfrentamento da comunidade baseados nas condições de conflito” 412

Em seu artigo “*Militarism, states and resistance in Africa: exploring colonial patterns in stabilisation missions*”, Heredia tenta responder em até que ponto as Operações de Paz realmente ajudam o país onde está estabelecida ou se apenas tentam reafirmar o poder colonial já estabelecido. Isso porque, segundo a autora, as missões de estabilização, principalmente nos últimos 15 anos, vêm se apoiando em soluções militares para problemas políticos (HEREDIA, 2019). Ela afirma:

“A mudança para operações robustas de manutenção da paz e imposição da paz nos últimos 15 anos fortaleceu o papel do uso da força na constituição da autoridade estatal na África de maneiras que evocam padrões estabelecidos com a colonização (...) aqueles com mandatos de imposição da paz, priorizaram a construção do aparato militar e de segurança do Estado” (HEREDIA, 2019, p. 623 e 625)²⁴.

Como é exposto pelos teóricos pós coloniais, as Operações de Paz tentam implementar nos países que sofrem intervenção um ideal de paz ocidental de paz. A construção desses valores e ideais ocidentalizados acontecem porque, como já dito anteriormente nesta pesquisa, o poder se concentra nas mãos de quem possui agência para ditar as regras; neste caso, como é bem apontado por Heredia os P.3., Estados Unidos, França e Reino Unido, seguindo assim suas doutrinas (HEREDIA, 2019). A autora afirma: “o P.3 (...) (tem) um grande controle sobre quase todas as intervenções (...) a estabilização reproduziu a capacidade do P.3. de impor a ordem global em seus termos”²⁵ (HEREDIA, 2019, p. 626).

O estudo de caso de Heredia, assim como a da presente pesquisa é direcionado a MONUSCO. Pode-se inferir que, ao escolher a missão de paz da República Democrática do Congo, ambas pesquisas reafirmam o poder colonizador que a França tem, ainda hoje sobre sua ex colônia, muito demonstrado pelo apoio que dá aos governos que lá presidem e que, não apoiam a resistência congoleza (MBEMBE, 2021). As questões relacionadas a MONUSCO, e como as teorias pós colonial incidem

²⁴ Original: “The turn to robust peacekeeping and peace enforcement operations over the last 15 years has strengthened the role of the use of force in the constitution of state authority in Africa in ways that evoke patterns established with colonization (...) operations with an increased military deployment, and those with peace enforcement mandates, have prioritized the building of the security and military apparatus of state” (HEREDIA, 2019, p. 623 e 625)

²⁵ Original: “the P.3 (...) (has) a great deal of control over almost all interventions (...) stabilisation has reproduced the P.3.’s capacity to enforce global order on their terms” (HEREDIA, 2019, p. 626)

especificamente à essa missão, serão abordadas mais minuciosamente do capítulo 3, onde Heredia retornará para auxiliar nessa análise.

Além disso, como é apontado por Heredia, além da paz liberal ser carregada de características divergentes daquelas predominantes nos países que sofrem intervenção, essas ideias de liberalização de mercado, reformas administrativas governamentais, democracia, entre outros, são uma forma de encobrir a violência e a guerra que acabam por assolar esses países e, a partir disso, reafirmarem a estrutura racializada²⁶ e a dominação colonial (HEREDIA, 2019).

Dessa forma, “A abordagem marcial da estabilização para reforçar a autoridade do Estado e eliminar a resistência é simultaneamente uma negação da experiência política africana e uma reafirmação da posição geopolítica de dominação do Ocidente”²⁷ (HEREDIA, 2019, p. 630), ou seja, a paz liberal acaba por minar qualquer tentativa de se alcançar uma paz duradoura para os países que sofrem intervenções, no entanto, ao invés de perceberem seus erros, os países ocidentais apontam seus dedos para a população local. Ao citar Gershon Legman, Fanon apontam como os ocidentais mascaram os fracassos das operações de paz: “a punição que merecemos só pode ser evitada negando a responsabilidade pelo mal, jogando a culpa na vítima” (FANON, 2020, p. 162).

Tendo isso exposto, a solução almejada, destacada pelos teóricos pós coloniais, é a implementação de um ideal híbrido, ou seja, a existência de um meio termo que aborde os mecanismos ocidentais e os adapte as condições e características de cada região ocupada. E, a partir disso, conseguir estabelecer instituições que abarcassem toda a pluralidade local, estabelecendo “novas formas de luta, mobilização e lideranças” (MBEMBE, 20121, p. 31)

Em seu artigo “*A post-liberal peace: Eirenism and the everyday*” (2009), o professor da University of Manchester, Oliver Richmond, descreve algumas das características da paz pós-liberal, destacando questões como o entendimento detalhado

²⁶ “a process of racialisation that constructed African societies as different, inferior and deviant” (HEREDIA, 2019, p. 628”. Tradução: “racializou um processo de racialização que construiu as sociedades africanas como diferentes, inferiores e desviantes”

²⁷ Original: “stabilisation’s martial approach to buttress state authority and eliminate resistance is simultaneously a denial of African political experience and a reaffirmation of the West’s geopolitical position of dominance” (HEREDIA, 2019, p. 630

de cultura, tradições e aceitação da construção da paz como empática e emancipatória, não focando somente na segurança como “proteção estatal”, ou seja, leva em consideração a evolução dos temas ligados ao arcabouço teórico da securitização (BUZAN; WAEVER; WILDE; 1996), cujo objetivo é transformar determinadas pautas em temas relacionados à segurança, como gênero, desenvolvimento, meio ambiente, etc, elaborando uma paz que vai além do Estado liberal.

O apoio internacional é crucial nesse processo, assim como a orientação sobre aspectos técnicos de governança e criação de instituições, sem a introdução de hegemonias e desigualdades, e que tenha uma política representativa, que reflita os agrupamentos locais e sua capacidade de criar consenso (RICHMOND, 2009).

A paz assumiria, portanto, um aspecto “pós-colonial”, onde o “eu” e o “outro” se mesclariam em prol de um ideal sustentável de acordo com cada região sob intervenção, havendo mais comunicação entre as partes envolvidas, seguindo um princípio de imparcialidade ideológica, não permitindo que premissas etnocêntricas dominem a visão. Esse posicionamento defendido pela teoria crítica pode ser aplicado em quase todos, se não todos, os casos de operações de paz.

No entanto, em seu livro “Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada”, Achille Mbembe afirma que:

“Enquanto a lógica de extração e da predação que caracteriza a economia política das matérias-primas na África não for rompida, e com ela também os modos existentes de exploração das riquezas do subsolo africano, não registraremos muito progresso. O tipo de capitalismo que favorece essa lógica reúne muito bem o mercantilismo, desordens políticas, o humanitarismo e o militarismo” (MBEMBE, 2021, p. 31).

Com isso, pode-se interpretar que, enquanto a paz liberal, baseada em elementos de colonialidade e percepções ocidentais, continuar sendo pilar para o estabelecimento de estruturas para se alcançar um desenvolvimento sustentável e uma paz duradoura, as Operações de Paz não obterão o sucesso²⁸ desejado.

²⁸ Como dito anteriormente, o termo “sucesso” e o que ele significa dentro do âmbito das Nações Unidas, será abordado mais a fundo no segundo capítulo

2.4. Conclusão do capítulo

Neste capítulo foram apresentados os tipos de Operações de Paz bem como o que seria sucesso para elas dentro do escopo das Nações Unidas. Em seguida, utilizando-se de um artigo publicado pelo pesquisador da área Kai Kenkel, foram separadas as gerações das Operações de Paz da ONU. Por fim, foi apresentada as Operações de Paz através de um ponto de vista pós-colonial.

Como pôde ser observado, as Operações de Paz da ONU evoluíram ao longo das décadas, passando por diferentes gerações que refletem as mudanças no contexto global e nas necessidades de manutenção da paz. Apesar das mudanças ao longo das gerações, a eficácia das Operações de Paz da ONU continua sendo objeto de debate. Enquanto algumas operações foram bem-sucedidas em restaurar a paz e a segurança em países como Timor-Leste e El Salvador, outras enfrentaram desafios significativos, como na Somália e no Sudão do Sul. No entanto, a ONU continua a ser um dos principais atores globais na manutenção da paz e da segurança internacionais, e as Operações de Paz da ONU permanecem uma ferramenta importante para a resolução de conflitos e a construção da paz.

Além disso, notou se também, que o sucesso das Operações de Paz da ONU dependem do cumprimento de três fatores. A implementação do mandato, que envolve o cumprimento dos objetivos centrais da missão e a construção de confiança com as comunidades locais e partes interessadas. O impacto das operações, que é medido avaliando sua capacidade de fazer uma diferença positiva na vida das pessoas afetadas pelo conflito, podendo envolver a redução de violência, a promoção de reconciliação e a melhora do acesso aos serviços básicos.

Finalmente, a sustentabilidade, que envolve a construção de uma paz sustentável, apoiando o estabelecimento de instituições e estruturas de governança eficazes, promovendo o desenvolvimento econômico e social e abordando as causas profundas do conflito — pilares baseados na ideia ocidental de paz.

Tendo isso em vista, como foi visto na terceira seção, qualquer forma de mobilização anti-ocidental é destruída e, quando muitas delas passam a ocupar um país, uma intervenção pode ser estabelecida com o discurso de proteção dos Direitos

Humanos e ideais democráticos. Dessa forma, as intervenções humanitárias acabam por ser uma forma de mascarar a violência engedrada nos respectivos países, sendo uma evolução dos interesses internacionais dos países considerados “superiores”.

Portanto, é importante entender o dia a dia dessas sociedades, integrando as instituições internacionais às locais, para enfatizar a agência local. Há uma necessidade em transcender as teorias universalistas, incluindo as pluralidades culturais, distanciando-se da noção hobbesiana de Estado.

Ademais, foram pontuadas algumas soluções apontadas pelo pós coloniais para tentar reverter esse cenário — que serão mais direcionadas ao caso da República Democrática do Congo no capítulo 3. Dentre elas o hibridismo das Operações de Paz, que visam repensar os modos ocidentais da paz liberal, incorporando aspectos locais (*local turn*), devolvendo a agência à população da região.

O próximo capítulo trará um breve histórico da República Democrática do Congo, seguido de uma apresentação sobre as principais e diversas resoluções do Conselho de Segurança da ONU para a MONUSCO. Por fim, o próximo capítulo em sua última seção fará a junção entre a teoria pós colonial e o objeto de estudo da presente pesquisa, respondendo a pergunta proposta na introdução.

Capítulo 3 - MONUSCO à luz de uma análise crítica

A República Democrática do Congo (RDC), conquistou a independência da Bélgica no dia 30 de junho de 1960. O processo de independência deste país centro-africano, foi marcado por convulsões e conflitos políticos, incluindo um período de guerra civil. Patrice Lumumba, o Primeiro-Ministro do país, foi derrubado e assassinado poucos meses após a independência, e o país logo mergulhou em um longo período de ditadura sob Joseph Mobutu. Em 1997, uma rebelião liderada por Laurent-Désiré Kabila, derrubou Mobutu e Kabila assumiu o poder como novo presidente do país (BERWOUTS, 2017).

Desde então, a RDC tem lutado para estabelecer estabilidade e construir instituições democráticas e tem enfrentado inúmeros desafios - incluindo guerra civil, corrupção e exploração de seus recursos. É neste cenário que a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo está inserida.

O presente capítulo tem como objetivo apontar como os elementos da paz liberal, vinculados a colonialidade, discutidos anteriormente, se encaixam enquanto limitadores para a retirada e conclusão efetiva da MONUSCO. Para tal finalidade, o capítulo será dividido em três seções: a primeira narrará um breve histórico da República Democrática do Congo, passando por sua independência, pelas duas guerras africanas e a terceira república até o início da COVID-19 em 2020.

A segunda seção se aprofundará nas Resoluções da MONUSCO, iniciando pela sua pioneira (1925/2010), apontando suas motivações e propósitos, para tentar definir o que se enquadraria enquanto sucesso para ela. Por fim, a terceira seção apontará as críticas pós coloniais que se encaixam na missão, bem como trará tendências e perspectivas futuras.

3.1. Breve histórico da República Democrática do Congo

A República Democrática do Congo, localizada na África Central, tem uma história complexa e tumultuada, marcada por uma combinação de conflitos, de âmbito internacional, regional e local (CARVALHO, DUARTE, 2022). Conflitos estes que culminaram em duas grandes guerras no território centro-africano, entre os períodos de

1996-1997 e 1998-2003 e, que até os dias atuais são perpetradas no território congolês, tornando-se um ciclo, principalmente nos territórios de Kivu do Norte e do Sul (HEREDIA, 2018).

“Compreender esse conflito é complexo. Essa complexidade vem da miríade de atores envolvidos e da duração do conflito, mas principalmente do fato de que suas raízes estão nas formas como a RDC foi constituída histórica e globalmente. Subjacente a isso está o fato de que o conflito na RDC, em qualquer forma, é político” (HEREDIA, 2018, p. 60).²⁹

Para tentar compreender a base/origem desses conflitos que assolam o país centro-africano até os dias atuais, a presente seção narrará um breve histórico da República Democrática do Congo, que será separada em partes focadas nos momentos históricos mais marcantes para o país, narrando brevemente sobre a colonização belga e como ela influenciou na rivalidade entre a população congoleza e ruandesa; passando pela independência da República Democrática do Congo e o breve mandato de Lumumba; o longo governo de Mobutu; as duas Guerras do Congo, que acirraram ainda mais a tensão entre os países fronteiriços, Ruanda e Congo; o breve governo de Laurent-Désiré Kabila sucedido pelo seu filho Joseph Kabila, marcando as primeiras eleições, supervisionadas por órgãos internacionais e consideradas “democráticas”, no país. Por fim, esta seção terá uma parte destinada ao último presidente eleito Felix Tshisekedi, que tem enfrentado vários desafios, incluindo a crise humanitária no leste do país, a pandemia de COVID-19 e a necessidade de reformas políticas e econômicas.

3.1.1. Colonização belga (final do século XIX - 1960)

Para Berwouts (2017), os países que compõem a região da África Central, possuem uma situação complexa, devido, principalmente, a história recente marcada por violência, “onde os antagonismos locais se polarizam e se entrelaçam com os dos países vizinhos” (BERWOUTS, 2017, p. 3)³⁰. Tendo em vista isso, a trajetória da República

²⁹ Original: “Understanding this conflict is complex. This complexity comes from the myriad of actors involved and the length of the conflict but primarily from the fact that its roots lie in the ways the DRC has been constituted both historically and globally. Underpinning this ideas the fact that the DRC conflict, in any forms, is political” (HEREDIA, 2018, p. 60).

³⁰ Original: “where local antagonisms have become polarized and entangled with those of neighboring countries” (BERWOUTS, 2017, p. 3)

Democrática do Congo encontra-se entrelaçada à esta linha de vivência, principalmente desde o final do século XIX, quando o país foi tomado pela Bélgica de Leopoldo II, a partir de um discurso civilizatório de levar o desenvolvimento ao país africano. Para dar um ar altruísta e legitimar sua empreitada, Leopoldo II criou a *Association Internationale Africaine - AIA* em 1876 e a *Associação Internacional do Congo - AIC* em 1879 (CASTELHANO, 2012).

Nessa época, o rei belga reivindicou o território como seu domínio pessoal, explorando seus recursos naturais, principalmente borracha e marfim, por meio do trabalho forçado e práticas brutais, — que incluíam amputações de membros e outras punições corporais — sendo sua fonte de riqueza pessoal (CASTELHANO, 2012).

“No que tange a escravidão na Force Publique, cumpre informar que essa força mercenária, que chegou a ter mais de 19 mil homens, era composta, no âmbito dos soldados rasos, por jovens negros, em geral recrutados à força. Esses praças eram tratados como animais, raramente recebiam seus salários e eram chicoteados e caçados pelo menor delito — situação que gerou diversos motins e rebeliões internas à organização” (CASTELHANO, 2012, p. 77).

Para CASTELHANO (2012), ocorreu no território congolês uma política de massacre em massa, que tinha como explicação a busca pelo poder por parte do monarca belga, adquirindo um mecanismo reprodutivo próprio.

Leopoldo II manteve esse sistema próprio e particular de exploração e violência durante 23 anos, entretanto, após as atrocidades cometidas no território congolês ganharem notoriedade internacional, o monarca belga passou a sofrer diversas pressões internas e externas, que resultaram na venda do território congolês para a Bélgica (CASTELHANO 2012). Em 1908, a República Democrática do Congo tornou-se uma colônia belga, sendo esta “para os limites da mentalidade europeia e da política colonial da época, a única solução possível e aceitável” (CASTELHANO, 2012, p. 78).

Sob o domínio belga, o Congo continuou a ser explorado economicamente, principalmente por meio da extração de recursos minerais. Além disso, a Bélgica promoveu uma política de segregação racial — criando uma elite de congoleses educados que eram usados para controlar a população local —, investindo pouco em infraestrutura e educação.

Para Berwouts (2017), o modelo de colonização belga infantilizava a população local, o que demonstra que, desde de colônia, a República Democrática do Congo tem sua agência retirada.

“(…) muitos congolezes só tiveram acesso ao ensino primário e um pequeno grupo foi formado mais ou menos ao nível dos funcionários públicos inferiores (...) Durante todo o período colonial, os congolezes estiveram afastados dos setores económicos mais rentáveis e sem acesso ao crédito” (Berwouts, 2017, p. 9)³¹.

Cumprir estabelecer que, durante a colonização belga houve uma “territorialização” das etnias, ou seja, o sistema colonial formalizou a posse de terra, o que criou uma dicotomia entre o que era legalmente estabelecido pelo governo colonizador e o que era entendido como certo pela comunidade local (BERWOUTS, 2017). Isso porque no sistema consuetudinário a terra não era vista como um bem comercializável. Para o belga Jean-Claude Willame: “a territorialização colonial plantou as primeiras sementes de futuros conflitos e crises” (WILLAME, 1997, p. 40)³².

Concomitante a essa relação com a terra, durante a década de 30, houve uma imigração significativa de ruandeses para a RDC, impulsionada pela necessidade de trabalho nas plantações de borrachas e nas minas de cobalto do país e pela busca por melhor qualidade de vida por parte dos migrantes de Ruanda, que foram recrutados por empresas belgas (BERWOUTS, 2017). “Isso criou uma dicotomia entre as comunidades referidas como “locais” ou “nativas”, em oposição aos recém-chegados que eram vistos como “migrantes” ou “estrangeiros”” (BERWOUTS, 2017, p. 36)³³

Esse cenário gerou grande tensão entre ambas etnias devido a partilha de terras ocupadas, tensões estas que perduram e produzem conflitos até os dias atuais (BERWOUTS, 2017) e demonstram que a história da República Democrática do Congo, desde sua colonização, é perpassada por dicotomias.

³¹ Original: “(…) many Congolese only had access to primary school education and a small group were trained to roughly the level of lower civil servants (...) Throughout the entire colonial period, the Congolese had been kept out of the more profitable economic sectors and had no access to credit” (Berwouts, 2017, p. 9)

³² Original: “la territorialisation coloniale a semé les premières graines de futurs conflits et crises” (WILLAME, 1997, p. 40)

³³ Original: “This created a dichotomy between communities referred to as ‘local’ or ‘natives’, as opposed to newcomers who were seen as ‘migrants’ or ‘foreigners’” (BERWOUTS, 2017, p. 36)

A imigração ruandesa para o Congo continuou durante as décadas seguintes, especialmente durante os anos 50 e 60, quando a demanda por trabalho nas minas de cobre aumentou. No entanto, com a independência do Congo em 1960 e a crescente tensão entre os dois países, a migração diminuiu drasticamente e muitos ruandeses foram repatriados para seu país de origem.

Dessa forma, a Bélgica manteve o regime exploratório, anteriormente estabelecido por Leopoldo II, baseando-se em quatro pilares, como é apontado por Igor Castellano da Silva (2012):

“(i) a apropriação de riquezas; (ii) a promoção de rivalidades entre diferentes grupos étnicos (o governo belga estabeleceu poderes descentralizados, instrumentalizando diferenças étnicas, além de criar elites locais beligerantes; (iii) a exploração da força de trabalho mediante o uso da brutalidade e violência inusitadas; e (iv) pouco, ou nenhum, investimento estatal na educação média e superior da população local” (CASTELHANO, 2012, p. 79).

A colonização belga deixou um legado complexo na RDC, com consequências que perduram até os dias de hoje, como por exemplo os conflitos internos, a instabilidade política, a corrupção e a pobreza. A história da colonização belga é um exemplo das consequências desastrosas e da exploração desumana dos recursos naturais e da falta de consideração pelos direitos humanos e dignidade dos povos colonizados. Entretanto, o período colonial da República Democrática do Congo é apenas um dos aspectos que deram origem a sua realidade atual.

3.1.2. Independência da República Democrática do Congo (1960)

O processo de independência da República Democrática do Congo começou no final da década de 1950, quando os movimentos de independência surgiram na colônia belga. O líder mais proeminente desses movimentos foi Patrice Lumumba, que fundou o *Mouvement National Congolais* (MNC) em 1958, que se tornou o único partido nacional que realmente conseguiu mobilizar a população, independente de fronteiras regionais e étnicas (BERWOUTS, 2017).

Conforme a figura 2, o processo de independência da RDC foi extremamente polarizado. De um lado, um grupo de nacionalistas radicais, liderados por Lumumba,

influenciados pelo movimento dos países não-alinhados (MNA) e pela ideologia pan-africana, que consideravam a independência enquanto o primeiro passo a ser tomado em direção de melhores condições para a população e de uma nova ordem social (BERWOUTS, 2017).

De outro lado, um grupo mais moderado e menos radical, liderado por Kasa-Vubu, eles não acreditavam que seria necessária uma nova ordem social para que houvessem mudanças, e almejavam um futuro onde o federal ganhasse como um todo, sendo representado por províncias fortes (BERWOUTS, 2017). A Europa e os Estados Unidos aliaram-se a este lado mais a direita, uma vez que havia um receio de que Lumumba se torna-se um Fidel Castro para o país (BERWOUTS, 2017).

Figura 2: Dois lados da independência da RDC



(Fonte: Feito pela autora, baseado em BERWOUTS, 2017, p. 9 e 10)

No dia 30 de junho de 1960, a Bélgica concedeu a independência ao Congo, mas a transição foi tumultuada. Em uma semana após a conquista, no dia 4 de julho de 2004, um motim estourou, influenciado pelo fato do pós-independência não ter mudado nenhum aspecto significativo do país. A RDC foi deixada sem uma liderança unificada e as tensões étnicas e regionais aumentaram rapidamente e, por esse motivo, e apoiado pelas Nações Unidas, o presidente eleito, Joseph Kasa-Vubu, nomeou Lumumba como primeiro-ministro, mas a relação entre os dois líderes rapidamente se deteriorou, e em setembro do mesmo ano Kasa-Vubu demitiu Lumumba e dissolveu o Parlamento (BERWOUTS, 2017). Alguns dias após tal empreitada, o chefe de gabinete Mobutu neutralizou o governo, deixando Kasa-Vubu na presidência e prendendo Lumumba, que posteriormente assassinado em janeiro de 1961 (BERWOUTS, 2017).

“Todavia, além da incapacidade administrativa gerada pela insuficiência do sistema educacional colonial para os nativos, as divisões étnico-regionais fomentadas pelo belgas resultaram em graves conflitos políticos internos. Assim a independência do Congo trouxe consigo uma crise que abalou a história sucessora do país” (CASTELHANO, 2012, p. 94).

A instabilidade política e a violência continuaram a assolar o país nos anos seguintes, com vários líderes tentando assumir o controle: “(...) quase cinco anos de sucessivos governos instáveis que nunca conseguiram colocar o país inteiro sob controle” (BERWOUTS, 2017, p. 11)³⁴. O período foi sangrento e cerca de 200 mil pessoas morreram, como consequência disso e devido à disputas políticas, notou-se a necessidade de um golpe, que foi então liderado por Mobutu, em novembro de 1965. Sua tirania durou 32 anos (CASTELHANO, 2012).

3.1.3. A tirania de Mobutu (1965-1997): República do Zaire

Mobutu governou o país por mais de 30 anos e renomeou-o República do Zaire em 1971, mantendo um regime autocrático, repressivo e neocolonial, apoiado pela Europa e pela União Europeia como forma de garantir que seus interesses em relação aos recursos naturais da RDC fossem protegidos. Além disso, o Ocidente esperava que Mobutu refreasse o avanço do socialismo na região (BERWOUTS, 2012).

³⁴ (...) nearly five years of successive unstable governments which never succeeded in getting the entire country under control” (BERWOUTS, 2017, p. 11)

“Mobutu assumiu e consolidou o poder num período em que vários chefes de Estado africanos se declararam adeptos do socialismo africano ou árabe. Entre 1965 e 1969, líderes como Milton Obote (Uganda), Muammar el Ghaddafi (Líbia) e Gaafar Nimeiry (Sudão) queriam transformar a sociedade com base em valores africanos autênticos como a solidariedade e a vida comunitária, que consideravam ter raízes comuns com o socialismo” (BERWOUTS, 2012, p. 11) ³⁵

Nos primeiros anos do mandato de Mobutu, devido ao período caótico pelo qual a República Democrática do Congo havia passado, a visão da população e da comunidade internacional era de extremo otimismo (BERWOUTS, 2012). Mobutu consolidou seu poder e criou um sistema político autoritário e corrupto, que o permitiu permanecer no poder por mais de três décadas através de um partido que ele mesmo havia criado em 1967, dois anos após assumir o governo, o *Mouvement Populaire de la Révolution - MPR* — “Mobutu não inventou o estado de partido único, mas refinou o conceito de partido governante ao proclamar que todo cidadão era membro do partido por nascimento” (BERWOUTS, 2012, p. 12)³⁶.

Durante seu mandato tirânico, ele criou uma estrutura de governo altamente centralizada — onde controlava todos os poderes (executivo, legislativo e judiciário) — e uma rede de patrocínio político e militar — para garantir a sua sobrevivência no poder —, se envolvendo em práticas de corrupção e nepotismo em larga escala (CASTELHANO, 2012). Segundo CASTELHANO (2012), o mobutismo foi marcado por três pilares:

“(i) pelo domínio quase absoluto do Estado por parte de Mobutu, (ii) pela repressão interna, e (iii) pela cooptação econômica de uma burguesia nascente mediante a concessão de posições administrativo-burocráticas” (DA CASTELHANO, 2012, p. 104).

³⁵ Original: “Mobutu took and consolidated power in a period when a number of African heads of state declared themselves adepts of African or Arab socialism. Between 1965 and 1969, leaders such as Kwameh Nkrumah (Ghana), Julius Nyerere (Tanzania), Kenneth Kaunda (Zambia), Milton Obote (Uganda), Muammar el Ghaddafi (Lybia) and Gaafar Nimeiry (Sudan) wanted to transform society based on authentic African values such as solidarity and communal life, which they considered as having common roots with socialismo” (BERWOUTS, 2012, p. 11)

³⁶ “Mobutu did not invent the single-party state but he refined the concept of a ruling party by proclaiming that every citizen was a party member by birth” (BERWOUTS, 2012, p. 12)

Apesar de se colocar enquanto produtor da “pacificação” do Congo e iniciar a desmilitarização de seu regime³⁷ (BERWOUTS, 2017), o mobutismo também foi marcado por violações generalizadas do direitos humanos, incluindo perseguição política, detenções arbitrárias, tortura e assassinatos extrajudiciais (CASTELHANO, 2012).

Inicialmente, Mobutu implementou medidas auto-fortalecedoras que impulsionaram a economia em direção à um crescimento notável, entretanto esse resultado não alcançou o que era esperado, e logo o governo perdeu sua legitimidade (BERWOUTS, 2017), mostrando-se ser uma cleptocracia³⁸ (CASTELHANO, 2012).

“Muito em breve, a má gestão assumiu proporções tão endêmicas que os observadores do Congo começaram a definir o processo como autocanibalização do estado congolês. A segunda metade do reinado de Mobutu foi apresentada por estudiosos como um exemplo clássico de fracasso do Estado, com seu coquetel muitas vezes mortal de violência, ditadura e corrupção, resultando no completo fracasso da economia e na destruição total do Estado (BERWOUTS, 2012 , pág. 13)”³⁹

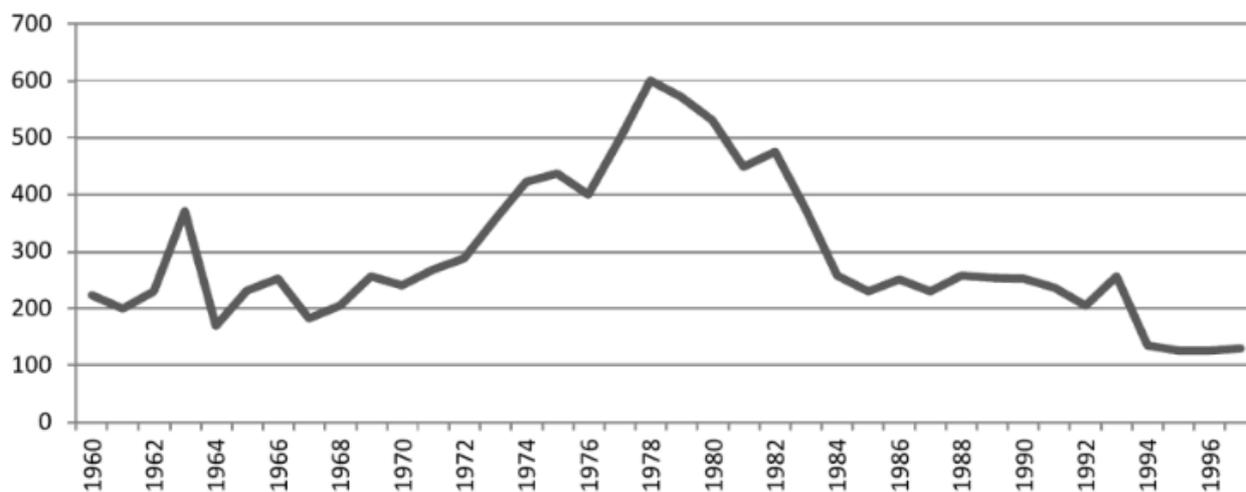
A economia congoleza foi gravemente prejudicada pelo regime de Mobutu, com a pilhagem de recursos naturais do país e a falta de investimento em infraestrutura e serviços públicos, o que impediu o país de construir uma economia nacional estruturada, uma vez que a República do Zaire era extremamente dependente da extração desses recursos naturais, como consequência o país caiu ainda mais na pobreza e miséria (CASTELHANO, 2012). Esse cenário levou o país à um colapso econômico e a partir de 1978 o PIB per capita do país começou a decair, após um período de crescimento, conforme gráfico abaixo:

³⁷ “Importa também ressaltar que o desmanche do exército nacional está relacionado à intensificação do patrimonialismo e à criação de uma religião civil, o Mobustimo (...) Ao mesmo tempo houve a distribuição de cargos de comando para parente e amigos próximos ao grupo étnico de Mobutu (Ngbandi), originário da província de Équateur. Estes e outros indicadores sugerem que as forças de segurança do regime de Mobutu era basicamente uma guarda pretoriana: não possuíam o objetivo máximo de defender o Estado, sua soberania e população — mas sim o regime e seu chefe” (CASTELHANO, 2012, p. 108)

³⁸ Governo de ladrões

³⁹ Original: “Very soon mismanagement had assumed such endemic proportions that Congo-watchers started to define the process as self-cannibalization of the Congolese state. The second half of Mobutu’s reign has been presented by scholars as a classic example of state failure, with its often deadly cocktail of violence, dictatorship, and corruption resulting in the complete failure of the economy and the total destruction of the state (BERWOUTS, 2012, p. 13)”

Figura 3: PIB Per capita do Congo, 1960-97 (US\$ correntes)



Fonte: WB, 2012
 Autor: CASTELLANO, 2012

Para Berwouts (2017), Mobutu seguiu o legado de Leopoldo II ao explorar o país como se fosse sua propriedade particular. Nesse cenário, nota-se que a República Democrática do Congo alcançou sua independência, entretanto, manteve-se enquanto colonizada, uma vez que as características e estruturas coloniais seguiam fortes.

O regime de Mobutu chegou ao fim em 1997, após uma rebelião liderada por Laurent-Désiré Kabila, com o apoio do Ocidente — a ser explorado mais a fundo na parte 3.1.4.

“Mobutu foi produto da Guerra Fria e seus dias estavam contados quando ela finalmente chegou ao fim. Como muitos de seus colegas presidentes na África, ele sentiu por décadas que tinha carta branca do Ocidente em relação à política interna de seu país. Agora, porém, de repente, a democracia e os direitos humanos também importavam na África” (BERWOUTS, 2012, p. 13)⁴⁰.

⁴⁰ Original: Mobutu was very much product of the Cold War and his days were numbered when it finally came to an end. As with many of his fellow presidents in Africa, he had felt for decades that he had carte blanche from the West regarding the internal politics of his country. Now, though, all of a sudden democracy and human rights mattered in Africa too” (BERWOUTS, 2012, p. 13).

3.1.4. Primeira e Segunda Guerra do Congo (1996-97/1998-2003) e governo de Laurént-Desirré Kabila (1997-2001)

A Primeira Guerra do Congo, também conhecida como Guerra Civil do Congo (1996-97), foi um conflito armado que ocorreu na República Democrática do Congo. O conflito começou em 1996 quando tropas rebeldes lideradas por Laurent-Désiré Kabila invadiram o país vindo do leste, em uma tentativa de derrubar o então presidente Mobutu Sese Seko. Segundo CASTELHANO (2012),

“A Primeira Guerra do Congo foi caracterizada pela presença de ameaças internas e externas ao Estado congolês. Todavia como as rivalidades externas eram legitimadas mediante uma aliança proxy — a ameaças prioritárias a serem enfrentadas eram sobretudo as internas. Não obstante o aparente caráter intraestatal do conflito, as forças estrangeiras foram as grandes responsáveis pelas operações militares. Treinaram, armaram e lutaram lado a lado com o grupo insurgente de Laurent Kabila contra as forças nacionais. Ademais, o financiamento das operações militares do grupo vencedor (AFDL) foi baseado majoritariamente no estabelecimento de contratos de mineração e na pilhagem de recursos naturais congoloses” (CASTELHANO, 2012, p. 131).

Para entender a motivação desta guerra, que combinou fatores políticos, econômicos e étnicos, é necessário voltar alguns anos antes. No início da década de 90, Ruanda foi palco de um dos maiores genocídios da história, onde entre 700.000 e 1 milhão de tutsis e hutus moderados foram assassinados (BERWOUTS, 2017). O massacre das etnias que diferiam da maioria hutu só chegou ao seu fim em 1994, com a vitória militar do partido *Front Patriotique Rwandais - FPR*, o que resultou na fuga de cerca de 2 milhões de hutus para o território congolês (BERWOUTS, 2017), uma vez que “Mobutu simpatizava com o antigo regime genocida Hutu de Ruanda” (CASTELHANO, 2012, p. 132).

A maioria dos hutus estabeleceram-se em campos de refugiados nas províncias de Kivu do Norte e do Sul e, apesar do conflito ter cessado dentro do território ruandês, os refugiados que se encontravam dentro da RDC, juntaram-se para fazer pequenos ataques à fronteira que desestabilizassem o novo governo, então liderado pelo FPR (BERWOUTS, 2017).

Juntamente a isso, havia uma grande insatisfação dentro do território congolês para com o regime ditatorial e neocolonial de Mobutu, que havia governado o país com mão de ferro desde 1965, criando uma estrutura de governo altamente centralizada e corrupta, que reprimiu qualquer oposição política e perpetuou a desigualdade social e econômica, como foi visto na parte 3.1.3. Neste cenário, o governo ruandês, juntamente de Uganda, Angola e de um grupo rebelde congolês, insatisfeito com a então atual conjuntura do país, desenvolveram uma campanha que desse um fachada local para a invasão que pretendiam realizar na RDC (BERWOUTS, 2017). A partir disso, foi criada a *Alliances des Forces Democratiques pour la Libération du Congo - AFDL*, que tinha como líder Laurent-Désiré Kabila, e tinha como objetivo legitimar tal empreitada.

“A luta rebelde da AFDL, que havia começado entre julho e agosto de 1996, se intensificou em outubro. A guerra foi um conflito 'relâmpago': em seis meses a tropa de Kabila, vindas do extremo leste do país, chegavam à capital Kishasa (16 de maio de 1997). Isso se deveu principalmente à incapacidade militar congoleza, ao amparo externo das tropas de Ruanda e Angola aos insurgentes e aos contratos de exploração de recursos naturais firmados por Kabila com empresas ocidentais, mesmo antes de vencer a conflagração” (CASTELHANO, 2012, p. 133).

Mobutu fugiu do país em maio de 1997 e Kabila se proclamou presidente, renomeando a República de Zaire para República Democrática do Congo, novamente. Esse desfecho não teria sido possível sem a ajuda do Ocidente e dos aliados ruandeses e angolanos e a proteção e segurança iniciais do país tiveram grande suporte do governo de Ruanda (BERWOUTS, 2017). Por esse motivo, “houve a grande dependência das tropas externas para a composição de um novo exército” (CASTELHANO, 2012, p. 138).

Entretanto, em 1998, quando Kabila declarou a retiradas das tropas ruandesas e angolanas do território congolês, houve o rompimento da aliança entre os três países. A Segunda Guerra do Congo iniciou no dia 2 de agosto de 1998 e rapidamente se transformou em uma guerra regional envolvendo várias nações africanas, incluindo Angola, Ruanda, Uganda e Zimbábue, e o foi conflito mais letal desde a Segunda Guerra Mundial (HOSSAIN, 2018). A guerra continuou por mais cinco anos, com a

RDC sendo dividida em áreas controladas por diferentes grupos armados e a população civil sofrendo com a violência e o deslocamento em massa.

“A Segunda Guerra do Congo foi caracterizada pela preponderância das rivalidades interestatais na África Central - o que não implicou a abolição da estratégia proxy como forma de legitimação da guerra, principalmente por parte dos agressores (...) As principais forças combatentes do lado defensor foram, assim como na Crise do Congo, as forças externas que vieram em auxílio das tropas congolêsas (...) A forma prioritária de financiamento dos esforços de guerra foi, mais uma vez, a pilhagem dos recursos naturais do povo congolês e sua distribuição entre as forças aliadas (...), financiamento esta que também foi amplamente adotado pelas forças agressoras. A conjunção desses fatores, juntamente com o fato de que a guerra não foi encerrada na prática (definição militar), mas apenas mediante uma complexa gama de arranjos institucionais de power-sharing, contribuiu centralmente para as estruturas Estatais pós-conflito” (CASTELHANO, 2012, p. 145).

Conforme tabela abaixo, nota-se a multiplicidade de atores envolvidos na Segunda Guerra do Congo, trazendo o “real peso estratégico do Congo na região” (CASTELHANO, 2012, p.145).

Figura 4: Principais atores na Segunda Guerra do Congo

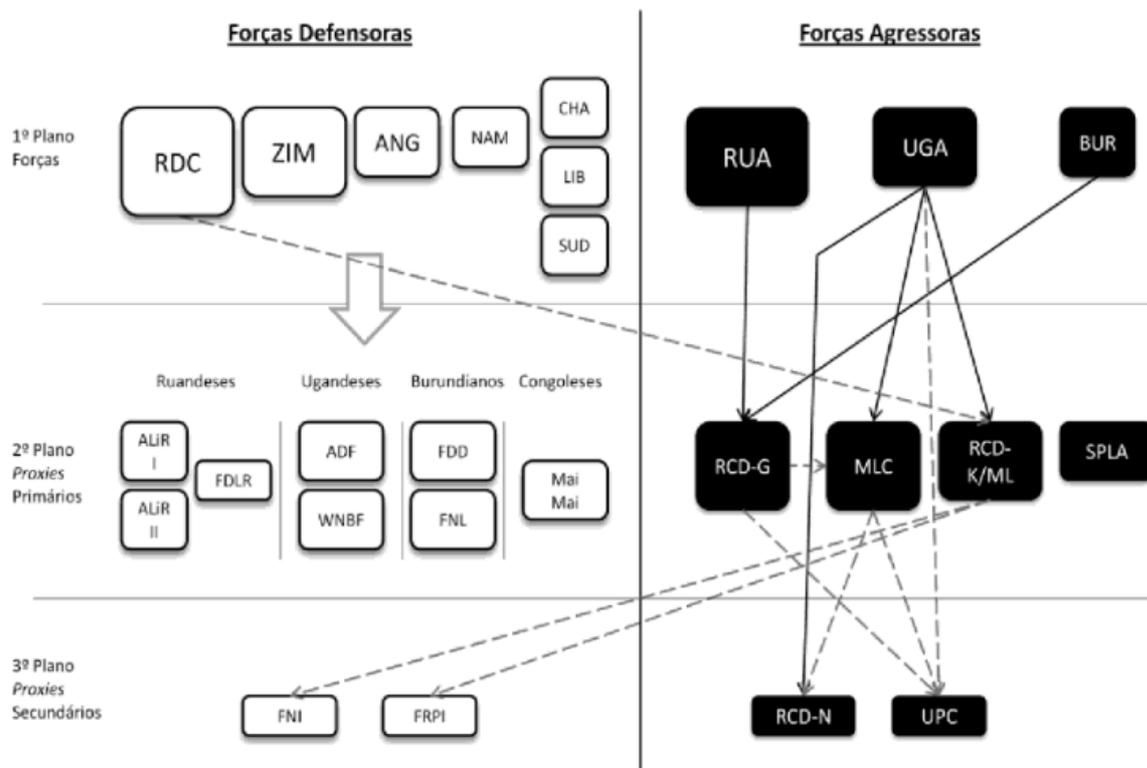
Atores internos	Atores externos/internacionais
Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC)	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC)
Políticos e figuras-chave * Laurent-Désiré Kabila	Agressores * Ruanda, Uganda, Burundi
Partidos políticos/grupos armados	Aliados * Angola, Zimbábue, Namíbia, Sudão, Chade, Líbia

(Fonte: Feito pela autora baseado em HOSSAIN, 2018)

Afnan Hossain (2018), analisou o conflito a partir do chamado *Hourglass Model of Conflict Resolution* ⁴¹, concluindo que as divergências entre a população dos diferentes países principais no conflito, levou eles à guerra.

Dentro do escopo do conflito, diversos grupos armados rebeldes foram utilizados por ambos os lados, enquanto *proxies*. Dentre eles: *Rassemblement Congolais pour la Démocratique - RCD* (ex-mobutistas), que foram divididos posteriormente em alas ruandesas (RCD-Goma) e ugandesas (RCD-K); *Movement de Libération du Congo - MLC* (grupo rebelde da Uganda); *Armée pour la Libération du Rwanda - ALIR* (formado por Hutus que residiram em campos de refugiados), e que posteriormente se juntaram a um grupo ainda maior de Hutus, o *Forces Démocratiques de Libération du Rwanda - FDLR*; *Mai Mai* (guerrilha ultra-nacionalista congoleza), entre outros grupos mais secundários. O organograma abaixo formulado por CASTELHANO (2012), exemplifica bem os grupos *proxies* e seus respectivos aliados.

Figura 5: Organograma Proxy - As principais forças combatentes no Congo



distribution curve from the initial differences that are part of all social developments through the emergence of an original contradiction that may or may not remain latent on up through the process of polarization in which antagonistas parties form and the conflicts become manifest, and culminating in the outbreak of direct violence and war. The same is true of de-escalation, which the actions of third parties influencing the outcome in unforeseen ways” (HOSSAIN, 2018, p. ii)

(Fonte: CASTELHANO, 2012)

No dia 10 julho de 1999, o Acordo de Lusaka foi assinado, tendo como signatários os líderes dos seis países principais: RDC, Ruanda, Uganda, Angola, Namíbia e Zimbabue, entretanto, os líderes dos grupos rebeldes não assinaram. O Acordo de Lusaka foi dividido em 13 capítulos, cada um contendo um dos objetivos acordados (UN, 1999). Em suma, Berwouts (2017) aponta que os países signatários concordaram na:

"cessação das hostilidades entre todas as forças beligerantes na RDC no prazo de vinte e quatro horas após a assinatura do acordo. De acordo com os termos do acordo, quarenta e cinco dias depois o governo da RDC, a oposição armada, nomeadamente o RCD e o MLC, bem como a oposição desarmada deveriam entrar em um diálogo nacional aberto, inclusive com *les force vives* (as forças vivas) da sociedade civil, com a ajuda de um facilitador internacional neutro (...) os exércitos deveriam sair do Congo e ser substituídos por uma força da ONU. Dois meses depois disso, Kinshasa e os rebeldes deveriam ter integrado suas respectivas forças armadas e se sentariam para discutir um governo democrático de transição" (BERWOUTS, 2017, p. .23) ⁴²

Abaixo encontra-se um organograma que identifica e separa cada capítulo com seu respectivo objetivo, bem como a proposta de prazo dado no Dia-D, como ficou conhecido o dia da assinatura do acordo.

Figura 6: Relação entre capítulos, objetivos e prazos do Acordo de Lusaka

Capítulo	Objetivo	Prazo
I	Cessação das Hostilidades, incluindo a cessação da Propaganda Hostilidades	Dia-D + 24h
II	Desengajamento de forç�as	Dia-D + 14 dias

⁴² Original: "cessation of hostilities between all the belligerent forces in the DRC within twenty-four hours after the signing of the agreement. According to the terms of the agreement, forty-five days later the government of the DRC, the armed opposition, namely the RCD and MLC, as well as the unarmed opposition were to enter the into an open national dialogue, including with *les forces vives* (the living forces) of civil society, with the help of a neutral international facilitator (...) After for months all the foreign armies were to move out of the Congo and be replaced by a UN force. Two months after that Kinshasa and the rebels were to have integrated their respective armed forces and would sit down to discuss a democratic government of transition" (BERWOUTS, 2017, p. 23)

Capítulo	Objetivo	Prazo
III	Libertação/troca de prisioneiros de guerra/ reféns	Dia-D + 7 dias à Dia-D + 30 dias
IV	Retirada ordenada de todas as forças estrangeiras	Dia-D + 180 dias
V	Diálogo nacional e reconciliação	Dia-D + 45 dias à Dia-D + 90 dias
VI	Restabelecimento da administração do Estado sobre o território da República Democrática do Congo	Dia-D + 90 dias à Dia-D + 270 dias
VII	A comissão militar conjunta	Dia-D + 7 dias
VIII	Mandato das Nações Unidas de <i>peacekeeping</i>	Dia-D + 120 dias
IX	Desarmamento dos grupos armados	Dia-D + 30 dias à Dia-D + 120 dias
X	Formação de um exército nacional	Dia-D + 7 dias à Dia-D + 180 dias
XI	Redistribuição de forças das paridades para posições defensivas em zonas de conflito	Dia-D + 15 dias à Dia-D + 30 dias
XII	Normalização da situação de segurança ao longo das fronteiras comuns entre a República Democrática do Congo e os seus vizinhos	Dia-D + 30 dias à Dia-D + 360 dias
XIII	Calendário para a implementação do acordo de cessar-fogo	Dia-D

(Fonte: Feito pela autora baseado no Acordo de Lusaka (UN, 1999))

Apesar de ter sido extremamente importante para a Segunda Guerra do Congo, a implementação do Acordo de Lusaka foi um fracasso, uma vez que não houve o progresso desejado. Isso porque, ao não ter como signatários os grupos armados, que eram parte essencial do conflito, a guerra irregular dentro do território se tornou imune ao acordo (CASTELHANO, 2012). Além disso,

“O cronograma era irreal e os signatários não haviam concordado com os mecanismos de supervisão. Ambos os lados tentaram atrasar a implementação e a falta de credibilidade diplomática reduziu o conflito novamente à sua dimensão puramente militar” (BERWOUTS, 2017, p. 24)⁴³.

Cumprir informar que foi juntamente do Acordo de Lusaka que a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) foi implementada sob égide das Nações Unidas sob a resolução 1279. A missão estabelecida no dia 30 de novembro de 1999 ,tinha como finalidade amparar a restauração a estabilidade e a segurança da RDC, sendo uma resposta direta à Segunda Guerra do Congo (Resolução 1279, UN, 1999). O objetivo principal da MONUC era ajudar a implementar o acordo de paz, sendo responsável por fazer o monitoramento do cessar-fogo, dar apoio a re-integração dos ex-combatentes, fornecer assistência humanitária e proteger os civis em áreas de conflito (Resolução 1279, UN, 1999). A MONUC esteve presente em território congolês até 2010, quando foi substituída pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), caso empírico da presente dissertação e que será melhor abordado nas seções 3.2 e 3.3.

No dia 16 de janeiro de 2001, Laurent-Désiré Kabila foi assassinado por um de seus guarda-costas e foi logo sucedido por seu filho Joseph Kabila que, inicialmente foi visto enquanto uma figura política de transição (BERWOUTS, 2017), mas que acabou por vencer as duas eleições “democráticas” do país, se estabelecendo no poder até 2019. Seus anos de governo serão brevemente relatados na parte 3.1.5.

3.1.5. A transição pós-conflito, primeiras eleições “democráticas” e os longos anos de Joseph Kabila no poder (2001-19)

⁴³ Original: “The timetable was unrealistic and the signatories had not agreed on a supervisory mechanisms. Both sides tried to delay the implementation and the lack of diplomatic credibility reduced the conflict again to its bare military dimension” (BERWOUTS, 2017, p. 24)

Como dito anteriormente, Laurent-Désiré Kabila foi assassinado e seu filho Joseph Kabila assumiu a presidência da República Democrática do Congo. Os primeiros anos de seu governo, entre 2001 e 2003, foram bem conturbados e marcados por sucessivas negociações para acabar com os conflitos, que levaram ao final de 2002 à mais um acordo de paz (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010), o *Global and All-Inclusive Agreement*.

O período que seguiu a assinatura deste acordo, até as eleições de 2006, ficou conhecido como um governo de transição, uma vez que marcou, para a comunidade internacional, a transformação de uma Estado em guerra para um Estado democrático e de paz. Um estudo feito pela Cambridge University (2010) afirma que nesse período:

“O envolvimento internacional tornou-se extraordinariamente robusto durante os três anos e meio demarcados como o período de transição da guerra para a paz e a democracia, de junho de 2003 a dezembro de 2006” (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010, p. 3)⁴⁴.

Os signatários do tratado acordaram que o governo de transição seria responsável de uma convergência entre os atores que participaram ativamente da guerra — grupos armados e o governo — e os atores que não foram ativos — sociedade civil (BERWOUTS, 2017). Além disso, como dito anteriormente, a comunidade internacional, como diplomata e oficiais da ONU, influenciaram diretamente nesta transição⁴⁵. A influência era tão robusta que todo o processo eleitoral, que durou cerca de um ano e meio, foi supervisionado de perto pelo observadores internacionais, que agiram com o objetivo de manter Joseph Kabila no poder, uma vez que o vinham enquanto indivíduo que conseguiria manter a estabilidade do país (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010).

Dentre alguns dos objetivos do período de transição destacam-se (i) o estabelecimento de uma reconciliação nacional; (ii) a integração dos combatentes de grupos armados à um exército eficiente, organizado e uno; (iii) estabelecer autoridade governamental no território; e principalmente (iv) estabelecer eleições justas e

⁴⁴ Original: “International involvement grew uncommonly robust during the three and half years demarcated as the transitional period from war to peace and democracy, from June 2003 to December 2006” (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010, p. 3)

⁴⁵ Foi criado um comitê responsável pela institucionalização da liderança internacional na transição de governos da RDC, a chamada *International Committee in Support of the Transition* (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010)

democráticas (BERWOUTS, 2017). Cumpre ressaltar que o ponto (iv) era o mais importante nesse processo e, praticamente todos os investimentos e direcionamentos foram feitos para que ele fosse bem sucedido, uma vez que a cultura internacional de *peacebuilding*⁴⁶ defendia que a maneira de acabar com o conflito no território seria através de eleições legítimas, justas e democráticas (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010).

Todos esses objetivos foram supervisionados de perto pela comunidade internacional, e levanta o questionamento, como haveria democracia, e uma população consciente em seu voto, com tanta intervenção e influência externa?

Em outubro de 2006, Joseph Kabila garantiu seu posto na presidência ganhando 58,05% dos votos (BERWOUTS, 2017). Apesar do Ocidente ter ficado satisfeito com o resultado do processo eleitoral, defendendo que ele havia sido democrático e justo, Berwouts (2017) defende que:

“(...) as eleições indiretas (as eleições de senadores e a nomeação dos governadores e vice-governadores) deixaram claro que, apesar das conquistas do processo eleitoral, uma cultura democrática ainda não havia se desenvolvido no Congo. Votos e mandatos foram negociados e comprados quase abertamente. As eleições locais não foram organizadas” (BERWOUTS, 2017, p. 53)⁴⁷.

Por esse motivo, o primeiro mandato eleito de Joseph Kabila teve muitas dificuldades em operacionalizar as instituições do governo e a estrutura política congoleza se manteve frágil (BERWOUTS, 2017). O início da Terceira República, como ficou conhecida, não foi capaz de reinventar o Congo como era esperado, e fortes conflitos continuaram presentes, principalmente nas regiões de Kivu do Norte e do Sul, uma vez que o governo não foi capaz de resolver os problemas de segurança e impunidade, bem como os objetivos estabelecidos para a pós eleição nunca

⁴⁶ “Western and African diplomats, UN peacekeepers, and the staff of nongovernmental organizations involved in conflict resolution share a set of ideologies, rules, rituals, assumptions, definitions, paradigms, and standard operating procedures. In the Congo, this culture established the parameters of acceptable action. It shaped what international actors considered at all (usually excluding continued local conflict), what they viewed as possible (excluding local conflict resolution), and what they thought was the ‘natural’ course of action in a given situation (national and international action, in particular the organization of elections” (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2010, p. 11)

⁴⁷ Original: “(...) the indirect elections (the elections of senators and the nomination of the governors and vice-governors) made clear that despite the achievements of the electoral process, a democratic culture had yet to develop in Congo. Votes and mandates were negotiated and bought almost openly. The local elections were not organized at all” (BERWOUTS, 2017, p. 53)

aconteceram, como por exemplo a realização de eleições locais e mais internas ao território e a unificação do exército nacional que, apesar de ter caminhado significativamente, ainda continuava sendo vetor de diversas violações dos Direitos Humanos e continuou sendo parte do problema a ser resolvido (BERWOUTS, 2017).

Em 2010, sob a égide da ONU e da resolução 1925, foi implementada no território congolês Missão das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO), objeto de estudo da presente dissertação. Suas resoluções e objetivos serão melhor tratados na seção 3.2. A seção 3.3. ficará encarregada de apontar o motivo dele não ter alcançado seu final até os dias atuais a partir da teoria pós-colonial.

A expectativa para as eleições de 2011 não eram as melhores, principalmente porque a comunidade internacional não participou tão ativamente quanto em 2006 (BERWOUTS, 2017). Devido a uma revisão constitucional realizada em janeiro de 2011, ficou estabelecido que as eleições daquele ano seria feitas em um único turno, o que afeta os partidos concorrentes, uma vez que não há a possibilidade de saber em que lugar se está na corrida eleitoral e organizar mais eleitores a partir de novas estratégias de campanha. Além disso, devido a falta de transparência do governo e da mídia, apurar a intenção de votos era extremamente difícil e imprecisa (BERWOUTS, 2017).

Apesar das frustrações da população congoleza com o primeiro mandato de Kabila, no dia 28 de novembro de 2011, ele foi reeleito com 48.95% dos votos. Segundo Berwouts (2017),

“as eleições de 28 de novembro ocorreram com muitas irregularidades. Os cadernos eleitorais e as assembleias de voto estavam uma bagunça total, muitas pessoas não conseguiram chegar ao local onde deveriam votar devido à exibição tardia e falta de notificação sobre os cadernos eleitorais (...) De maneira geral, houve falta de treinamento do pessoal eleitoral manter total controle sobre os procedimentos, e enorme desconhecimento por parte do eleitorado sobre todo o processo, devido à educação eleitoral e cívica ser amplamente inadequada” (BERWOUTS, 2017, p. 99 e 100)⁴⁸.

⁴⁸ Original: “the elections of 28 of November took place with many irregularities. Electoral rolls and polling stations were a total mess, numerous people were unable to reach the place they were supposed to vote following the late display and lack of notification regarding voters’ rolls (...) Generally, there was a lack of training of the electoral personnel to maintain full control over the procedures, and huge ignorance on the part of the electorate about the entire process, due to electoral and civic education being largely inadequate” (BERWOUTS, 2017, p. 99 e 100)

Todas essas irregularidades, acabaram por fornecer Kabila na corrida eleitoral e, mesmo com todo esse processo sendo claramente “anti-democrático”, o Ocidente ignorou e reconheceu o governo. A questão dessas eleições não foram mais sobre “consolidar a democracia, mas sim consolidar poder” (BERWOUTS, 2017, p. 103)⁴⁹.

Vale ressaltar que, no primeiro ano do segundo mandato de Kabila, um conflito armado eclodiu no leste do país entre o governo da RDC e o novo grupo rebelde que acaba de surgir, o Movimento 23 de Março - M23. O grupo era composto principalmente por ex-integrantes do exército congolês que se rebelaram contra o governo do presidente Joseph Kabila, acusando-o de violar um acordo de paz anterior e de marginalizar a região de Kivu do Norte, onde o grupo se estabeleceu (BERWOUTS, 2017). Em 2013, uma intervenção militar liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi lançada para derrotar os rebeldes do M23. A intervenção foi bem-sucedida, e o M23 foi derrotado em novembro de 2013 (BERWOUTS, 2017). Entretanto, o M23 se fortaleceu novamente após as eleições de 2019.

Dessa forma, apesar do ocidente acreditar ter feito um bom trabalho na República Democrática do Congo, estabelecendo estruturas democráticas ocidentais, o segundo mandato de Kabila não foi muito diferente do primeiro, o país ainda encontrava-se imerso em conflito, sem estruturas institucionais que resolvessem suas questões mais internas, com nenhum partido inteiramente coeso. Dessa forma,

“Aos olhos da população congoleza, o Ocidente perdeu toda a credibilidade. Apesar dos falsos elogios à democracia, o povo não sentiu um compromisso real e os principais desafios não foram enfrentados: a má governação e a pobreza continuaram endêmicas; questões de terra e identidade ainda eram uma bomba-relógio; e o estado congolês permaneceu frágil, sem capacidade ou vontade política para reformar os instrumentos necessários para garantir o estado de direito” (BERWOUTS, 2017, p. 105)⁵⁰.

As eleições na República Democrática do Congo (RDC) foram originalmente marcadas para novembro de 2016, no final do segundo mandato do presidente Joseph Kabila. No entanto, elas foram repetidamente adiadas devido a vários motivos,

⁴⁹ Original: “consolidate democracy, but to consolidate power” (BERWOUTS, 2017, p. 103)

⁵⁰ Original: “In the eyes of the Congolese population, the West has lost all credibility. Despite lip service paid to democracy, the people did not feel a real commitment and the main challenges were not addressed: bad governance and poverty remained endemic; land and identity issues were still a time bomb; and the Congolese state remained fragile, without the capacity or political will to reform the instruments needed to guarantee the rule of law” (BERWOUTS, 2017, p. 105).

incluindo desafios logísticos, falta de financiamento e questões de segurança (RAUBER, SANTOS FILHO, NOGUEIRA, CASTRO, BITTENCOURT, XERRI, 2017). Esses adiamentos levaram a protestos generalizados e violência no país, com grupos de oposição acusando Kabila de tentar se apegar ao poder além de seu mandato constitucional (MBAKU, 2016).

Em dezembro de 2016, a coalizão governista e os grupos de oposição assinaram o Acordo de Saint-Sylvestre — conhecido também como acordo de 31 de dezembro —, que exigia a formação de um governo de transição e a organização de eleições presidenciais e legislativas no prazo de um ano (AFRICAN NEWS, 2017). No entanto, a implementação do acordo foi adiada e as eleições foram adiadas novamente.

Em novembro de 2018, a comissão eleitoral da RDC anunciou que as eleições presidenciais, legislativas e provinciais ocorreriam em 23 de dezembro de 2018 e, no mesmo mês. O anúncio foi seguido por uma série de desafios logísticos e de segurança, incluindo o surto do vírus Ebola, que ainda mais atrasou as eleições. Por fim, a eleição presidencial foi realizada em 30 de dezembro de 2018, com segundo turno em 10 de janeiro de 2019 (ACCORD, 2019). Cumpre informar que, em meados de 2018, Joseph Kabila anunciou que não concorreria às eleições presidenciais marcadas para 2019 (DW, 2018), e o candidato de sua coalizão, Félix Tshisekedi, acabou vencendo a eleição (BBC NEWS, 2019).

Em resumo, durante os dois governos de Kabila, o país passou por conflitos armados e crises humanitárias, especialmente nas regiões leste e central da RDC. Kabila também foi criticado por sua gestão econômica, que foi marcada por altos níveis de corrupção, centralização do poder, adiamento de eleições e por uma distribuição desigual da riqueza do país.

3.1.6. Atual conjuntura: breve relato da atualidade de Félix Tshisekedi (desde 2019)

A presente parte fará um breve relato a respeito do governo de Félix Tshisekedi, uma vez que o escopo temporal⁵¹ da presente dissertação tem como ponto final a virada do século, ou seja, seu primeiro ano de governo.

Félix Tshisekedi é o atual presidente da República Democrática do Congo, tendo assumido o cargo em janeiro de 2019, sucedendo Joseph Kabila, que governou o país por 18 anos. Tshisekedi é o primeiro presidente democraticamente eleito na história do Congo a tomar o poder de outro presidente eleito, uma vez que Kabila ganhou as duas primeiras eleições “democraticamente” estabelecidas no país. Seu governo tem sido caracterizado por uma série de desafios, mas também por esforços notáveis para abordar os problemas do país.

Desde que assumiu o cargo, Tshisekedi tem se concentrado em medidas para combater a corrupção, melhorar a governança, combater a pobreza e melhorar as condições econômicas para a população do Congo. Com o intuito de alcançar esses objetivos o atual presidente promoveu a criação de empregos, investimentos em infraestrutura e serviços sociais, desenvolveu programas de assistência para os mais necessitados, etc (KOWALSKI, DA CONCEIÇÃO, 2019).

Apesar de suas promessas, o governo de Tshisekedi vem enfrentando muitos desafios como a pandemia da COVID-19, juntamente de um surto de Ebola surgiram no início de segundo ano de mandato (VEJA, 2020). Além disso, o Congo ainda é atormentado por conflitos armados, que atuam em várias partes do país, muitas vezes realizando ataques violentos contra civis. E discurso dado em 2022 na Assembleia Geral da ONU, Tshisekedi afirmou que maior culpado da violência atual no país seria de Ruanda, uma vez que considera que esta seja aliada do grupo rebelde M-23 (BASHI, 2022).

Em resumo, o governo de Félix Tshisekedi na República Democrática do Congo tem sido marcado por esforços para combater a corrupção, melhorar a governança e abordar os desafios econômicos e de segurança do país. No entanto, ele vem enfrentado desafios persistentes de segurança no país, que não parecem que cessarão em um futuro

⁵¹ Cumpre relembrar que o ponto de partida do escopo temporal, da presente dissertação, é o início da MONUSCO em 2010, entretanto, o vasto relato sobre a história da RDC a partir de sua colonização, se deu devido a metodologia escolhida e como forma de tentar explicar o motivo das falhas da missão e os conflitos recorrentes até os dias de hoje, uma vez, que suas origens se deram desde a época colonial. Esse aspecto será melhor abordado na seção 3.3.

tão próximo. Seu mandato presidencial encerra em 2024, entretanto ele pode concorrer para a reeleição.

A próxima seção focará na MONUSCO, destrinchando suas resoluções para tentar compreender o motivo da missão ainda ser necessária no país.

3.2. Resoluções da MONUSCO

A MONUSCO é a sigla para a Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo. A MONUSCO é uma missão de manutenção da paz da ONU estabelecida em 2010 — sendo sucessora da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) —, com o objetivo de apoiar o processo político, garantir a segurança, proteger a população civil e promover a estabilidade no país (ONU, 2010).

A missão tem trabalhado para apoiar o governo congolês na implementação de reformas políticas e econômicas, além de fornecer assistência humanitária à população afetada por conflitos. Internacionalmente, a MONUSCO é vista como uma parte importante dos esforços internacionais para estabilizar a situação na República Democrática do Congo, entretanto, a missão enfrenta desafios significativos, incluindo a falta de recursos, atividade de grupos armados ilegais, corrupção, instabilidade política e falta de cooperação de algumas partes.

Atualmente é a missão de manutenção da paz mais ampla e cara da ONU, contando com cerca de 20.000 militares, policiais e civis trabalhando no país (ONU, 2022). Abaixo há um informativo feito pelas Nações Unidas que aponta exatamente a quantidade de pessoal implantado no terreno.

Figura 7: Número de pessoal na MONUSCO em junho/2022

a presente

dissertação as resoluções da MONUSCO, uma vez que para compreender a estrutura e a dinâmica da missão, é necessário analisar seus objetivos e instruções. Para tal, a presente seção trará um breve resumo sobre o que são as resoluções da ONU, utilizando-se de definições feitas pela própria organização, para em seguida destrinchar as principais resoluções feitas especificamente para a MONUSCO.

3.2.1. Resoluções da ONU

As resoluções da ONU são decisões oficiais tomadas por seus Estados membros em relações à questões importantes e relevantes para a comunidade internacional, geralmente possuem duas partes, uma introdutória (“*preamble*”), que explica o *background* e o motivo da resolução, e uma parte operacional (“*operative part*”), que externaliza a opinião da ONU e as ações a serem tomadas (RESEARCH UN, 2023).

Para discutir a respeito das resoluções da ONU, é importante ressaltar alguns pontos: (i) os fundamentos, baseados nos princípios da Carta das Nações Unidas, que possuem como pilares o compromisso com a **Paz e Segurança** internacionais⁵², a promoção dos **Direitos Humanos**⁵³, o respeito à soberania, à integridade territorial, à

⁵² “to save succeeding generations from the scourge of war, which twice in our lifetime has brought untold sorrow to mankind” (UN CHARTER, 1945, preamble).

⁵³ “faith in fundamental human rights, in the dignity and worth of the human person, in the equal rights of men and women and of nations large and small” (UN CHARTER, 1945, preamble).

autodeterminação dos povos e ao **Estado de Direito**⁵⁴ e o **Desenvolvimento**⁵⁵; (ii) o processo, que se dá através de votação na Assembleia Geral ou no Conselho de Segurança, dependendo da questão em pauta; (iii) os objetivos, que variam de acordo com o fim desejado de cada resolução; e a implementação prática, uma vez que as resoluções da ONU não tem poder coercitivo por si só, mas serve como um guia para a ação dos Estados membros, dependendo de sua vontade política e da cooperação internacional (MODEL UNITED NATIONS, 2023).

Dentre algumas das finalidades das resoluções, destacam-se a resolução de conflitos internacionais, a prevenção de conflitos armados, o combate ao terrorismo, a proteção do meio ambiente, entre outros (MODEL UNITED NATIONS, 2023).

Em suma, ao falar sobre as resoluções da ONU, é importante contextualizar a questão em pauta, explicar o processo de adoção da resolução, os objetivos por trás dela e sua implementação prática. Também é importante enfatizar a importância da cooperação internacional para garantir o sucesso da implementação das resoluções da ONU.

3.2.2. *Resoluções da MONUSCO*

A MONUSCO é a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (RDC), e a ONU aprovou várias resoluções relacionadas a essa missão ao longo dos anos. Esta parte irá tratar das resoluções mais importantes para a missão.

No dia 1º de julho de 2010, com a **Resolução 1925**, que transformou a MONUC em MONUSCO. Enquanto os principais objetivos da MONUC eram ajudar a implementar um cessar-fogo; desarmar, desmobilizar e reintegrar grupos armados; apoiar o estabelecimento de um governo de transição e fornecer assistência humanitária, a MONUSCO é criada para dar continuidade a estes objetivos e, agindo sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, (i) ajudar o governo da RDC a consolidar sua autoridade; (ii) proteger os civis e (iii) estabilizar o país, se concentrando no apoio ao

⁵⁴ “to establish conditions under which justice and respect for the obligations arising from treaties and other sources of international law can be maintained” (UN CHARTER, 1945, preamble).

⁵⁵ “to promote social progress and better standards of life in larger freedom” (UN CHARTER, 1945, preamble).

processo de paz e na promoção dos direitos humanos e de desenvolvimento (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2010). Como consta no histórico da missão,

“A nova Missão foi autorizada a usar todos os meios necessários para cumprir seu mandato, incluindo: garantir a proteção de civis, pessoal humanitário e defensores dos direitos humanos sob ameaça de violência física e ajudar o governo da RDC a estabilizar e consolidar a paz” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023)⁵⁶.

A resolução, também solicitou ao Secretário-Geral que garantisse que a MONUSCO trabalhasse em estreita colaboração com o governo congolês para melhorar a reforma do setor de segurança e o estado de direito. Além disso, a resolução pedia a implementação plena e imediata dos acordos de Nairóbi e Goma, que visavam trazer paz e estabilidade à região e enfatizou a importância do governo congolês e da comunidade internacional de abordarem as causas profundas do conflito, incluindo a exploração ilegal de recursos naturais e a proliferação de grupos armados (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2010).

A Resolução 1925 reafirmou a importância do mandato da MONUSCO de apoiar o governo congolês na manutenção da estabilidade e segurança em todo o país e facilitar o acesso humanitário às áreas afetadas pelo conflito, e seu mandato estava previsto para acabar em junho do ano seguinte.

A **Resolução 1991**, foi adotada pelo Conselho de Segurança no dia 28 de junho de 2011, e sua principal contribuição era estender a missão por mais um ano e enfatizou a importância de o governo congolês assumir a responsabilidade primária pela segurança e estabilidade do país. Também pediu ao governo que tomasse medidas para desarmar e desmobilizar grupos armados e levar à justiça os perpetradores de abusos e violações dos direitos humanos (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2011).

A Resolução 1991 também pedia a continuação dos esforços da MONUSCO para proteger os civis, respeitando o direito humanitário internacional e os direitos humanos. Além disso, resolução enfatizou a necessidade da MONUSCO apoiar o governo congolês em seus esforços para promover a paz, estabilidade e

⁵⁶ Original: “La nouvelle Mission avait été autorisée à utiliser tous les moyens nécessaires pour s’acquitter de son mandat, à savoir notamment : garantir la protection des civils, du personnel humanitaire et des défenseurs des droits de l’homme exposés à une menace de violences physiques, et aider le gouvernement de la RDC à stabiliser et à consolider la paix” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023)

desenvolvimento no país, defendendo a cooperação contínua entre a MONUSCO e outras agências da ONU (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2011).

No geral, a Resolução 1991 reafirmou o compromisso da comunidade internacional de apoiar o governo e o povo congolês em seus esforços para alcançar a paz duradoura e a estabilidade na República Democrática do Congo.

A **Resolução 2078** da MONUSCO (Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo) foi adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 28 de novembro de 2012. A resolução renovou o mandato da missão MONUSCO por mais um ano até 31 de março de 2014 (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2012).

Tendo em vista que uma crise assolou o território de Kivu do Norte a partir de abril de 2012, entre o grupo rebelde M23 e a força militar congoleza, *Forces armées de la république démocratique du Congo - FARDC*, a Resolução 2078 foi a primeira a fazer menção ao movimento, ao exigir a retirada imediata do M23 de Goma, bem como o congelamento de todos os seus avanços posteriores (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2012).

No dia 24 de fevereiro de 2013, o documento “Accord-cadre pour la paix, la sécurité et la coopération pour la République Démocratique du Congo et dans la région” foi assinado por onze países da região, o presidente da União Africana, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, a Comunidade da África Austral e o Secretário-Geral das Nações Unidas, como forma de direcionar as futuras ações no território congolês, a fim de abordar as causas do conflito, garantindo uma paz duradoura para o país e região (MONUSCO HISTORIQUE, 2023).

No dia 28 de março de 2013, a **Resolução 2098** foi adotada, como forma de implementação para o acordo assinado no ano anterior, destinando-se a abordar as causas profundas do conflito e instabilidade na região. A resolução também estabeleceu que a MONUSCO apoiaria as autoridades congolezas na realização de uma reforma abrangente do setor de segurança, incluindo os setores militar, policial e judiciário, e para auxiliar na profissionalização das FARDC (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2013).

A resolução enfatizou a importância da proteção de civis, especialmente mulheres e crianças, e pediu o fim de todas as formas de violência contra eles, incluindo a violência sexual, reconhecendo a necessidade de desarmamento, desmobilização, repatriação, reassentamento e reintegração de ex-combatentes e criando uma brigada de intervenção para fortalecer as operações de *peacekeeping* na região,

“Com base nas recomendações contidas no relatório especial de 27 de fevereiro de 2013, o Conselho decidiu que a referida brigada seria instalada por um período inicial de um ano e dentro dos limites da força máxima autorizada de 19.815 homens, excepcionalmente e sem criar um precedente ou sem prejuízo dos princípios acordados de manutenção da paz. Incluirá três batalhões de infantaria, uma companhia de artilharia, uma força especial e uma companhia de reconhecimento, terá sede em Goma e ficará sob o comando direto do comandante da força da MONUSCO, que será responsável por neutralizar os grupos armados e ajudar a reduzir a ameaça representada por grupos armados à autoridade do Estado e à segurança dos civis no leste da República Democrática do Congo e preparar o terreno para a estabilização” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023)⁵⁷.

Além disso, renovou o mandato da missão por mais um ano e, no geral, visou apoiar os esforços das autoridades congoleesas e dos atores regionais na promoção da paz, segurança e estabilidade na RDC e na região dos Grandes Lagos, e proteger os civis da violência e dos abusos dos direitos humanos.

A **Resolução 2277**, adotada em março de 2016, renovou, mais uma vez, o mandato da MONUSCO por mais um ano e, teve como principal diferença das resoluções anteriores, apelar e reforçar a necessidade da implementação de um processo eleitoral pacífico e credível na RDC — marcado para o final de 2017 —, com o apoio da missão de paz e de outros parceiros internacionais. Além disso, instou todas as partes a se absterem de violência ou intimidação durante o processo eleitoral e a respeitarem

⁵⁷ Original: "Agissant sur la base des recommandations contenues dans le **rapport spécial du 27 février** 2013, le Conseil a décidé que ladite brigade serait mise en place pour une période initiale d'un an et dans les limites de l'effectif maximum autorisé de **19 815 hommes**, à titre exceptionnel et sans créer de précédent ni sans préjudice des principes convenus du maintien de la paix. Elle comprendra trois bataillons d'infanterie, une compagnie d'artillerie, une force spéciale et une compagnie de reconnaissance, aura son quartier général à Goma et sera placée sous le commandement direct du commandant de la force de la MONUSCO, qui aura pour responsabilité de neutraliser les groupes armés et pour objectif de contribuer à réduire la menace que représentent les groupes armés pour l'autorité de l'État et la sécurité des civils dans l'est de la République démocratique du Congo et de préparer le terrain pour les activités de stabilisation" (MONUSCO HISTORIQUE, 2023)

os princípios democráticos de transparência, inclusão e responsabilidade (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2016).

No dia 31 de março de 2017, a **Resolução 2348** foi adotada, renovando por mais um ano o mandato da missão, uma vez que a situação na RDC ainda constituía uma ameaça para a paz e segurança internacional, expressando preocupação com a violência contínua e as violações dos direitos humanos e solicita que a MONUSCO tome todas as medidas necessárias para proteger os civis, inclusive através da sua Brigada de Intervenção. Essa resolução reduziu o poderio militar da missão para 3600 *peacekeepers* (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2017).

Além disso, assim como nas duas resoluções anteriores, o Conselho de Segurança aconselhou o governo da RDC a garantir que as próximas eleições, marcadas para dezembro daquele ano, fossem realizadas de maneira pacífica, inclusiva e confiável (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2017).

Outro ponto importante foi enfatizar a importância das considerações de gênero em todos os aspectos do trabalho da missão e pediu a promoção da participação das mulheres em todos os esforços de paz e segurança (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2017). No geral, a Resolução 2348 da MONUSCO reafirmou o compromisso da ONU em apoiar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento na RDC e reiterou a importância de todas as partes trabalharem em direção a uma resolução pacífica e democrática para os desafios contínuos do país.

Entretanto, como foi visto na seção anterior as eleições previstas, inicialmente para o final de 2017, foram adiadas. Por esse motivo, no dia 27 de março de 2018, a **Resolução 2409** foi adotada pelo Conselho de Segurança, prorrogando a missão por mais um ano e a brigada de intervenção. A resolução enfatizou a importância da presença da MONUSCO na RDC, especialmente na parte oriental do país, onde grupos armados continuavam a representar uma ameaça para a população civil (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2018).

Além disso, reconheceu a necessidade da missão de apoiar a implementação do acordo de 31 de dezembro de 2016 entre o governo e os partidos da oposição, que visava assegurar uma transição pacífica de poder, apoiando o processo eleitoral no país e fornecer assistência técnica às autoridades congoleesas (CONSELHO DE

SEGURANÇA, 2018). Segundo o histórico da missão feita pela ONU, esta foi a primeira resolução onde

“o Conselho de Segurança solicitou ao Secretário-Geral que desenvolvesse uma estratégia de saída gradual, progressiva e abrangente em colaboração com o Governo da República Democrática do Congo, a equipe nacional das Nações Unidas e outras partes interessadas relevantes, de modo a promover a apropriação nacional e gradualmente transferir tarefas para uma retirada ordenada da MONUSCO” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023)⁵⁸.

A **Resolução 2556** do Conselho de Segurança da ONU, adotada em 19 de dezembro de 2020, prorrogou o mandato da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) até 20 de dezembro de 2021. A resolução destacou o progresso feito pela RDC nas áreas de paz e segurança, governança e desenvolvimento econômico, enfatizando a importância da presença contínua da MONUSCO no país para apoiar os esforços do governo para enfrentar esses desafios, embora reconhecendo os desafios que permanecem (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2020).

“Através desta Resolução, o Conselho decidiu que as prioridades estratégicas da MONUSCO devem contribuir para: a) Assegurar a proteção dos cidadãos, conforme descrito na alínea i) do n.º 29 desta resolução; (b) Apoiar a estabilização e fortalecimento das instituições do Estado na República Democrática do Congo, bem como as principais reformas de governança e segurança. Este é o atual mandato da MONUSCO” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023)⁵⁹.

O último documento do Conselho de Segurança à MONUSCO, a **Resolução 2667**, emitida no dia 22 de dezembro de 2022, solicita que o Governo da República Democrática do Congo que apresente, até 31 de maio de 2023 um relatório confidencial que descreva: (i) as medidas que tem tomado para garantir a segurança e eficiência da

⁵⁸ Original: “Dans cette résolution et pour la première fois, le Conseil de Sécurité priait le Secrétaire général d’élaborer une stratégie de retrait échelonnée, progressive et exhaustive en collaboration avec le Gouvernement de la République démocratique du Congo, l’équipe de pays des Nations Unies et les autres parties prenantes concernées, de manière à favoriser la prise en main par le pays et à transférer progressivement les tâches aux fins d’un retrait ordonné de la MONUSCO” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023).

⁵⁹ Original: “A travers cette Résolution, le Conseil a décidé que les priorités stratégiques de la MONUSCO sont de contribuer : a) À assurer la protection des civils, comme décrit à l’alinéa i) du paragraphe 29 de la présente résolution ; b) À appuyer la stabilisation et le renforcement des institutions de l’État en République démocratique du Congo ainsi que les principales réformes de la gouvernance et de la sécurité. C’est le mandat actuel de la MONUSCO” (MONUSCO HISTORIQUE, 2023).

gestão; (ii) o armazenamento, a marcação, o monitoramento e a segurança dos estoques nacionais de armas e munições e (iii) o combate ao tráfico e ao desvio de armas (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2022).

Essas são apenas algumas das resoluções relevantes para a MONUSCO. A ONU continua a monitorar a situação na RDC e pode emitir novas resoluções para ajudar a promover a paz e a estabilidade na região.

Nota-se, através desta exposição que, as resoluções da MONUSCO, de um modo geral, prorrogam seu mandato, enfatizando a necessidade da missão em continuar a apoiar as autoridades congoleesas na manutenção da paz e estabilidade, na proteção de civis e na promoção dos direitos humanos e do estado de direito, solicitando uma maior cooperação entre ambas as partes. Além disso, elas enfatizam a importância da apropriação e liderança nacional na transição para uma paz sustentável e estabilidade na RDC. Entretanto, salvo algumas menções pontuais aos grupos rebeldes existentes no território e a defesa da necessidade de se garantir as eleições, as resoluções da MONUSCO mostram-se ser vagas e genéricas, uma vez que, se colocam em uma posição distante da realidade local do país. Essas questões serão melhor apontadas na próxima seção.

3.3. Críticas pós-coloniais em relação à MONUSCO

Tendo em vista tudo que foi apontado e analisado até este ponto da dissertação, a presente seção trará as críticas pós-coloniais para com a MONUSCO, como forma de tentar entender os impedimentos para que a missão seja concluída de forma efetiva e se alcance o fim desejado para a mesma.

Como foi visto no primeiro capítulo desta pesquisa, a teoria pós-colonial nas Relações Internacionais é uma abordagem que busca entender a política global, destacando o impacto contínuo do colonialismo nos assuntos mundiais contemporâneo e procurando desafiar a narrativa dominante que retrata o mundo ocidental como norma e outros como desviantes dela. Dessa forma, o pós-colonialismo chama atenção para:

“a necessidade de conceitualização de segurança que reconhecem a especificidade do Terceiro Mundo. Bebendo dos trabalhos de Charles Tilly, Krause (1996), por exemplo, sustentava-se que o conceito estadocêntrico de

segurança advogado pelas abordagens tradicionalistas realistas se baseava em uma história europeia específica de formação estatal” (BUZAN, HANSEN, 2012, p. 305).

Ou seja, a segurança dos cidadãos de um determinado território estaria atrelada a segurança de seu Estado soberano (KRAUSE, 1996). É a partir dessa concepção de segurança estatal que a primeira missão de paz estabelecida na República Democrática do Congo, a MONUC, se baseia, uma vez que, a partir do que foi acordado no Acordo de Lusaka e na Resolução 1279, o objetivo principal a ser alcançado eram as eleições livres e democráticas no território congolês. Somente a partir desse estabelecimento que o país centro-africano teria paz, segundo o entendimento dos componentes da missão (REUS-SMIT, WHEELER, 2010).

“(…) a tese da paz liberal passou a dominar a política mundial. No cerne desta tese está a crença de que os Estados fundados na democracia liberal asseguram a paz interna e internacional, uma vez que a democracia tem meios para resolver os antagonismos de forma relativamente pacífica (...) característica das democracias liberais (...) as eleições se tornaram a chave para a legitimidade doméstica e internacional” (REUS-SMIT, WHEELER, 2010, p. 103)⁶⁰.

Dessa forma, a MONUC adotou um modelo de reconstrução democrática, onde a maior prioridade de sua missão era o cumprimento efetivo das eleições na República Democrática do Congo, que ocorreu em 2006, como foi visto na primeira seção deste capítulo. Essa mentalidade faz parte da cultura das missões de paz, ou seja, é um entendimento generalizado dentro das diversas instituições engajadas nestas operações⁶¹ (REUS-SMIT, WHEELER, 2010).

“Diplomatas ocidentais e africanos, forças de paz da ONU e equipes de organizações não-governamentais envolvidas na resolução de conflitos compartilham um conjunto de ideologias, regras, rituais, suposições, definições, paradigmas e procedimentos operacionais padrão. No Congo esta

⁶⁰ Original: (...) the liberal peace thesis, came to dominate world polity. At the core of this thesis is the belief that states founded on liberal democracy ensure both domestic and international peace, as democracy has the means to resolve antagonisms relatively peacefully (...) Elections were a central element of the liberal peace paradigm since they represented an essential trait of liberal democracies (...) elections became the key to domestic and international legitimacy” (REUS-SMIT, WHEELER, 2010, p. 103)

⁶¹ Militares em sua grande maioria, por exemplo, possuem uma visão mais realista do das questões internacionais e dos comportamentos dos atores envolvidos.

cultura estabeleceu os parâmetros de ação aceitável. Ela moldou o que os atores internacionais consideravam (geralmente excluindo conflitos locais), o que eles viam como possível (excluindo a resolução de conflitos locais) e o que eles pensavam ser o curso de ação "natural" em uma determinada situação (ação nacional e internacional, em particular a organização da eleição). Autorizou e justificou práticas e políticas específicas, ao mesmo tempo em que excluiu outras, principalmente a construção da paz de base. Em suma, essa cultura possibilitou aos intervenientes estrangeiros ignorar as tensões no nível micro que muitas vezes comprometem os assentamentos no nível macro” (REUS-SMIT, WHEELER, 2010, p. 11)⁶².

Dentro desta cultura, como é apontado por Reus-Smit e Wheeler (2010), existem alguns entendimentos que giram em torno do que se compreende sobre a República Democrática do Congo — bem como dos países onde ocorrem as intervenções das Nações Unidas. Primeiramente, entende-se que as tensões são fundamentalmente resultado do nível macro, ou seja, nacional e regional, e por esse motivo, as ações devem ser focadas em desestabilizar este nível; e em segundo lugar, há uma visão de que a República Democrática do Congo é uma país inerentemente violento, o que justificaria a permanência constante de conflitos dentro do território e, por esse motivo, há um entendimento de que não o que ser feito, o objetivo máximo seria mitigar suas consequências através de um governo democraticamente eleito (REUS-SMIT, WHEELER, 2010).

Apesar deste autores terem feito uma análise específica da época de transição da República Democrática do Congo, quando a missão estabelecida no território era a MONUC, suas conclusões podem ser vistas ainda na MONUSCO, uma vez que a Operação de Paz ainda adota uma postura *top-down*, retirando a agência da população local e não levando em consideração a origem *bottom-up* dos conflitos, bem como ainda vendo o território irreversivelmente violento.

⁶² Western and African diplomats, UN *peacekeepers*, and the staff of nongovernmental organizations involved in conflict resolution share a set of ideologies, rules, rituals, assumptions, definitions, paradigms, and standard operating procedures. In Congo this culture established the parameters of acceptable action. It shaped what the international actors considered at all (usually excluding local conflict), what they viewed as possible (excluding local conflict resolution), and what they thought was the ‘natural’ course of action in a given situation (national and international action, in particular the organization of election). It authorized and and justified specific practices and policies while excluding others, notably grassroots *peacebuilding*. In sum this culture made possible for foreign interveners to ignore the micro-level tensions that often jeopardize macro-level settlements” (REUS-SMIT, WHEELER, 2010, p. 11)

A principal crítica feita em relação a MONUSCO é direcionada a capacidade de estabilização da missão. Esse questionamento passou a ser feito após um dos principais desafios enfrentados pela operação: o motim do M23, que fez a sua credibilidade diminuir drasticamente, amplificando a questão problemática de segurança na área norte de Kivu. Esse cenário causou uma falha nas forças armadas congoleesas (FARDC), que não foram capazes de proteger a polícia e os oficiais públicos de ataques e represálias de grupos armados, mostrando a incapacidade de assegurar o controle das áreas já tomadas, das mãos de rebeldes (DOSS, 2015).

A solução encontrada foi a criação de uma brigada de intervenção para responder às necessidades de segurança, com a responsabilidade de neutralizar esses grupos armados, fazendo parte da atuação da MONUSCO, mas com um mandato ofensivo. Uma das preocupações que Alan Doss expressa em relação à brigada é a passagem da MONUSCO de uma operação de peacekeeping para uma de peace enforcement e o que isso significa para a operação⁶³ (DOSS, 2015).

“A resposta central não foi o diálogo comunitário — foi um novo 'mandato robusto' autorizando o uso da força com o objetivo de atacar grupos armados (...) antigo padrão pelo qual o Ocidente (e os principais doadores atualmente na RDC são os países ocidentais) controla, disciplina, assume e muda aspectos do conflito africano” (HEREDIA, 2018, p. 71)⁶⁴.

Dessa forma, a partir da militarização contínua da missão, uma possível solução através do diálogo acaba se tornando quase impossível, principalmente porque há uma reprodução das relações de poder coloniais (HEREDIA, 2018) e devido a negligência de compreender as origens desses conflitos, uma vez que são vistos como parte constitutiva do território.

Segundo Heredia (2018), ao estabelecer que a solução para a República Democrática do Congo está na intervenção externa, somente irá reproduzir o entendimento de poder colonial como também os padrões de conflito presentes no

⁶³ Cooperar com uma força nacional indisciplinada pode ser um grande desafio e um possível risco

⁶⁴ Original: “The core response was not community dialogue — it was a new ‘robust mandate’ authorizing the use of force for the purpose of attacking armed groups (...) Still prioritizing military means over a dialogue-based or community strategy (...) It reproduces the old pattern through which the West (and the main donors currently in the DRC are Western countries) controls, disciplines, takes over and changes aspects of African conflict” (HEREDIA, 2018, p. 71)

território. A questão das eleições de 2006, por exemplo, ao estabelecer sua conclusão como prioridade, muita outras questões internas ao país foram deixadas de lado, como por exemplo a partilha de terra, a variedade de etnias vivendo em conjunto, e o vasto número de grupos rebeldes ainda presentes no território (BERWOUTS, 2018). Além disso, ao tentar estabelecer as eleições em um curto período de tempo, o Ocidente não deu tempo para que a população local, principalmente da zona rural distante de Kinshasa, se recuperasse de um governo ditatorial e estabelecesse o que seria melhor para eles, principalmente porque as questões eram vistas um ponto de vista *top-down* (BERWOUTS, 2018).

“A partir daqui, é possível identificar várias limitações das explicações sociais localizadas do conflito na RDC. Para começar, eles isentam atores internacionais, corporações, investidores e o capitalismo de responsabilidade. Eles destacam os locais como os únicos que precisam de mudança sem levar em conta as fontes globais e históricas das configurações locais de identidade, pertencimento, distribuição de terras e representação política. Eles encerram uma necessária avaliação crítica do modelo de desenvolvimento econômico que está sendo aplicado e das estruturas políticas e econômicas globais que condicionam o micronível. Eles também não consideram as lutas sociais históricas por mudanças sociais como um fator relevante no conflito” (HEREDIA, 2018, p. 78)⁶⁵.

Dentre as principais considerações feitas em relação aos conflitos que ainda perpetuam na República Democrática do Congo, a maioria está relacionada às críticas pós-coloniais sobre a paz democrática, que é implementada no processo da missão, com o objetivo de trazer estabilidade e paz para a região. Algumas ações, que veem coladas à esse conceito ocidental, produzem as causas e consequências para a persistência das hostilidades e embates no país, que não permitem o sucesso da missão; alguns exemplos são o rompimento com a economia rural, a desintegração progressiva da infraestrutura econômica e a ausência de serviços administrativos básicos e aplicações das leis congruentes com a realidade local (DOSS, 2015). Além disso, o desdobramento

⁶⁵ Original: “From here, it is possible to identify several limitations of the localized social explanations of conflict in the DRC. To start, they waive international actors, corporations, investors, and capitalism of responsibility. They single out locals as the only ones needing change without taking into account the global and historical sources of local configurations of identity, belonging, land distribution, and political representation. They foreclose a needed critical appraisal of the model of economic development that is being applied and the global political and economic structures that condition the microlevel. They also do not consider historical social struggles for social change as a relevant factor in conflict” (HEREDIA, 2018, p. 78).

econômico é seletivo em termos geográficos, o que gera confrontos pontuais, e possuem objetivos de curto prazo, não visualizando as consequências no longo prazo, o que compromete a manutenção do padrão de crescimento por muito tempo (DOSS, 2015) — isso ocorre, principalmente devido ao caráter informal dos mercados, o que demonstra a superficialidade da operação em não tentar implementar medidas condizentes e apropriadas à realidade local (DOSS, 2015).

Desafios políticos também estão muito presentes no desdobramento da missão, já que, devido à esse caráter ocidental e etnocêntrico, muitas vezes as propostas implementadas não estão alinhadas aos interesses dos Estado. Um ponto importante a ser ressaltado que é mencionado por Reus-Smit, e Wheeler (2010), é o fato de que a maioria dos operadores de paz estabelecidos no país falam no máximo o francês, sendo certo que, a República Democrática do Congo possui, além do francês, três idiomas oficiais, Lingala, Kiswalli e Kinkongo. Como consequência há uma maior dificuldade na comunicação e no entendimento das necessidades locais. Além disso, é percebido que o pessoal recém-chegado à posições de poder nas Operações de Paz trazem consigo uma bagagem de compreensões de missões anteriores e que são reproduzidas neste novo território (REUS-SMIT, WHEELER, 2010), como se as realidades e necessidades dos países como dadas e como se fossem as mesmas, o que dificulta ainda mais na implementação do fim desejado da missão.

“Um diplomata baseado em Kinshasa também observou que a maioria dos funcionários da ONU usa a mesma estratégia, escreve os mesmos relatórios e organiza suas vidas de maneira semelhante, independentemente de onde estejam no mundo. A maioria nem tenta contextualizar suas ações” (REUS-SMIT, WHEELER, 2010, p. 84)⁶⁶.

Ademais, existe uma desconfiança por parte da população em relação as tropas das Nações Unidas, estabelecidas na região, principalmente devido a questão da neutralidade, que é muita questionada, e a incapacidade da proteção de civis, principalmente contra grupos armados rebeldes (OLIVEIRA, 2013). Isso ocorre porque muitas vezes, vilarejos são atacados ao cooperarem com a MONUSCO ou quando

⁶⁶ Original: “A diplomat based o Kinshasa similarly observed that most UN officials use the same strategy, write the same reports, and organize their lives similarly, regardless where they are in the world. Most do not even try to contextualize their actions” (REUS-SMIT, WHEELER, 2010, p. 84).

algumas comunidades encontram-se em locais próximo à bases das Nações Unidas (CARVALHO, DUARTE, 2022).

Outra crítica direcionada, não só à MONUSCO, mas à outras operações com esse mesmo caráter, é a questão de mandatos muito alargados que geram problemas no conteúdo operacional, no caso dessa missão específica, violações aos direitos humanos continuam acontecendo e sendo um problema recorrente e grave, não possuindo muito progresso (DOSS, 2015).

“Conceder uma vitória militar ao governo desincentiva a ampla participação política no processo de paz, ignorando a necessidade de uma abordagem centrada nas pessoas para a construção da paz de longo prazo. Assim, os planos de reconstrução acabam focados no suporte e ampliação da autoridade estatal, o que atrela o uso dos recursos internacionais aos planos do governo e dificulta a formulação de estratégias baseadas em necessidades locais e, portanto, a atuação mais direta sobre as causas do conflito (NUPI, 2019). Essa lógica ameaça reproduzir e perpetuar uma paz excludente, que apresenta grande potencial para a instabilidade social e espelha as próprias raízes do conflito no Congo (ILUNGA, 2021; HUNT, 2017)” (CARVALHO, DUARTE, 2022, p. 122).

Portanto, ao não levar em consideração as necessidades locais, sem compreender as origens históricas e locais dos conflitos, retirando a agência da população congoleza, inserindo ideais ocidentais do que seria certo/errado, melhor/pior, baseada na cultura das Operações de Paz, a MONUSCO não chegará ao fim que almeja, ou seja, estabilizar a situação política e de segurança na República Democrática do Congo.

3.4. Conclusão do capítulo

O presente capítulo teve como objetivo trazer para pesquisa a história da República Democrática do Congo, desde sua colonização até a virada da década de 2020, para tentar mostrar que a origem dos conflitos é mais antiga do que o entendimento *mainstream* da comunidade internacional, além de ser algo mais localizado e interno do que a cultura das Operações de Paz tende a defender. Além disso, o capítulo apontou as principais resoluções vinculadas à MONUSCO, mostrando suas características e objetivos. Por fim, na última seção, houve a junção entre teoria

pós-colonial e empiria, tentando mostrar o porquê da MONUSCO ainda estar presente no território congolês, não alcançando seu fim desejado.

Como foi visto, a República Democrática do Congo (RDC) é um país localizado na África Central com uma rica história que remonta a civilizações antigas e tribos indígenas. O país passou por diversas mudanças políticas e sociais, desde a colonização europeia até a independência e a instabilidade política.

A colonização da RDC começou no final do século XIX, quando o rei Leopoldo II da Bélgica adquiriu o território e o transformou em sua propriedade pessoal. Durante a colonização, a população congoleza foi submetida a trabalho forçado, exploração e brutalidade, resultando em um dos piores episódios de violência e opressão na história da África.

Em 1960, a RDC conquistou sua independência da Bélgica e tornou-se uma república democrática. No entanto, a independência foi seguida por conflitos políticos e violência étnica, culminando na ascensão ao poder do líder carismático Mobutu Sese Seko, que governou o país com mão de ferro durante mais de duas décadas.

Em 1997, após uma rebelião liderada por Laurent-Désiré Kabila, Mobutu foi deposto e a RDC passou por uma transição democrática. No entanto, o país continuou a enfrentar instabilidade política e conflitos armados, incluindo a Segunda Guerra do Congo, que envolveu oito países africanos e resultou em milhões de mortes.

Nos anos 2000, a comunidade internacional interveio na RDC, com a criação da MONUC, uma missão de paz da ONU que ajudou a estabilizar o país. Em 2010, a MONUC foi substituída pela MONUSCO, que possui em suas resoluções alguns pontos convergentes para a estabilização nacional e de segurança do país. Dentre eles, o incentivo ao apoio ao processo político, incluindo a realização de eleições democráticas e a promoção da reconciliação nacional; o desarmamento e desmobilização de grupos armados, que representam uma ameaça à segurança e ao bem-estar dos civis na RDC; e, principalmente, a proteção de civis, sendo autorizada a usar todos os meios necessários para o sucesso.

Além disso, a maioria das resoluções vem acompanhado da renovação do mandato da missão por mais um ano, uma vez que ainda não foi alcançado o fim desejado da operação.

A MONUSCO (Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo) é uma missão de paz destacada pelas Nações Unidas na República Democrática do Congo (RDC) desde 2010. De uma perspectiva pós-colonial, a MONUSCO pode ser vista como um exemplo de como intervenções internacionais em zonas de conflito podem reproduzir estruturas de poder colonial e reforçar desequilíbrios de poder global.

Os teóricos pós-coloniais argumentam que as intervenções ocidentais no Sul Global, como as missões de manutenção da paz, são muitas vezes motivadas pelo desejo de manter o controle e a influência nessas regiões, em vez de uma preocupação genuína com os direitos humanos ou o bem-estar das populações locais. A MONUSCO pode ser vista como um exemplo disso, já que a missão teve impacto limitado no terreno e por não abordar as causas profundas do conflito na RDC.

Além disso, a implantação de uma missão dominada pelo Ocidente em uma ex-colônia como a RDC também pode ser vista como uma continuação das estruturas de poder colonial. Os teóricos pós-coloniais argumentam que as intervenções ocidentais muitas vezes assumem uma atitude paternalista em relação ao Sul Global, tratando essas regiões como inferiores e necessitadas de orientação e controle ocidentais. Essa atitude é reforçada pelos desequilíbrios de poder existentes no sistema das Nações Unidas, que conferem influência desproporcional às potências ocidentais e perpetuam as desigualdades globais.

Finalmente, o fato de a MONUSCO ser uma missão de manutenção da paz, em vez de um programa de desenvolvimento ou reconstrução, também pode ser visto como um exemplo de como as intervenções ocidentais no Sul Global frequentemente priorizam a estabilidade de curto prazo em detrimento do desenvolvimento social e econômico de longo prazo. Os teóricos pós-coloniais argumentam que esse foco na estabilidade ignora as causas profundas do conflito, que muitas vezes estão ligadas a desigualdades sociais e econômicas que são elas mesmas o resultado de padrões históricos de exploração e dominação colonial.

No geral, de uma perspectiva pós-colonial, a MONUSCO pode ser vista como um exemplo de como intervenções internacionais em zonas de conflito podem reproduzir estruturas de poder colonial e reforçar desequilíbrios de poder globais e, a

pesar de pequenos avanços, os últimos anos, mostraram-se ainda problemáticos em relação a falta de consenso entre as partes e o aumento da violência na região, dificultando o futuro sucesso da missão que, a não ser que sofre uma forte mudança, será estendida, provavelmente, por mais alguns anos.

4. Conclusões finais

A presente pesquisa foi dividida em três capítulos como o objetivo de tentar responder a pergunta **quais as faltas políticas que afetam os níveis estratégicos, operacionais e táticos das Operações de Paz da ONU que são responsáveis pela falta de sucesso das Missões de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo, desde a implementação da MONUSCO em 2010?**.

O primeiro capítulo trouxe o pós-colonialismo como marco teórico, abrangendo a teoria *per se* e a teoria com um olhar voltado para o continente africano. O segundo capítulo analisou as Operações de Paz, inicialmente apontando sua definição e o que seria sucesso em seu ponto de vista, para em seguida apontar as suas gerações e por fim apontar as críticas pós-coloniais à elas. O terceiro e último capítulo trouxe para a pesquisa o ponto empírico, ao abordar a história da República Democrática do Congo, as resoluções em que se baseiam a MONUSCO, para por fim fazer junção da teoria pós-colonial com a missão no território congolês.

Como foi visto na presente pesquisa, o pós-colonialismo é uma teoria crítica que surgiu na década de 1990 e se concentra nas relações de poder e dominação que surgiram durante e após o período colonial.

Dentro das Relações Internacionais, a teoria pós-colonial argumenta que a história colonial e as relações de poder coloniais continuam a influenciar as relações internacionais contemporâneas, enfatizando a importância de examinar como as relações de poder que surgiram durante o período colonial ainda influenciam as políticas internacionais e as dinâmicas de poder.

Além disso, ela se concentra em como as estruturas coloniais e as relações de poder continuam a afetar a política e a economia dos países que foram colonizados. Isso pode incluir o papel dos estados pós-coloniais nas relações internacionais, bem como a maneira como as políticas econômicas e os programas de desenvolvimento têm sido usados para manter as relações de poder semelhantes às antigas colônias.

Uma das principais críticas feitas à teoria tradicional das Relações Internacionais é que ela tem ignorado a importância do colonialismo e suas consequências na formação do sistema internacional atual, argumentando que o sistema internacional atual é o

resultado direto das relações de poder estabelecidas durante o período colonial, e que essas relações de poder continuam a influenciar as relações internacionais contemporâneas.

Tendo em vista isso e o período colonial no continente africano, que teve um grande impacto social, econômico e político, o pós-colonialismo é utilizado como lente crítica para entender as relações e consequências coloniais que perduram até os dias de hoje.

Uma das principais críticas feitas ao colonialismo na África é que ele foi usado para explorar os recursos do continente e enriquecer as potências coloniais europeias, em detrimento do desenvolvimento africano, a teoria pós-colonial destaca o impacto duradouro dessas políticas coloniais na economia e política dos países africanos.

Além disso, o pós-colonialismo destaca o impacto da colonização na identidade e cultura africana, uma vez que, o colonialismo europeu frequentemente impôs sua cultura e língua sobre os povos africanos, suprimindo a cultura e a história das diferentes etnias do continente. Isso tem sido particularmente evidente na educação, onde a história e a literatura africanas foram frequentemente ignoradas em favor da história e literatura europeias e no entendimento ocidental da paz liberal enquanto paz ideal.

A paz liberal é uma teoria política que defende que a melhor maneira de alcançar a paz duradoura entre as nações é promovendo o livre comércio, a democracia e os direitos individuais. Esta teoria se baseia na crença de que as democracias liberais têm menos probabilidades de entrar em conflito umas com as outras e que o livre comércio promove a interdependência econômica, o que torna menos provável que os países recorram à guerra. Segundo esse entendimento as nações que compartilham valores democráticos e econômicos tendem a cooperar mais facilmente em questões internacionais, e as relações econômicas pacíficas podem ajudar a promover a estabilidade política e a prosperidade global. A paz liberal é, portanto, uma visão otimista de como o mundo pode ser organizado, baseada na ideia de que o comércio e a cooperação pacífica são as chaves para um futuro mais próspero e seguro para todas as nações.

O pós-colonialismo também enfatiza a importância de dar voz às perspectivas e experiências africanas na política e na economia global. Isso inclui a necessidade de se envolver em relações comerciais e políticas mais justas e equitativas com o resto do mundo, bem como de promover a autonomia e a autodeterminação dos países africanos, uma vez que, as relações de poder atuais retiram a agência da população local de expressarem seus interesses e necessidades.

Em resumo, teoria pós-colonial nas Relações Internacionais é uma abordagem crítica que destaca a importância do colonialismo na formação do sistema internacional atual. Essa teoria enfatiza a necessidade de examinar as relações de poder que surgiram durante o período colonial e como essas relações de poder ainda influenciam as relações internacionais contemporâneas. Além disso, o pós-colonialismo tem sido usado para analisar criticamente as consequências do colonialismo na África, incluindo seu impacto na economia, política, identidade e cultura, destacando a importância de promover a justiça e a igualdade na política e economia global e de valorizar as perspectivas e experiências africanas, ao invés de ocidentalizar seus ideais.

Tendo em vista isso, o pós-colonialismo torna-se uma teoria essencial para compreender as Operações de Paz da ONU e explicar suas falhas, uma vez que, essas missões se dão em países que foram anteriormente colonizados, a teoria pós-colonial destaca as complexidades dessas relações e as implicações para as operações de paz.

Como foi visto no capítulo 2, as operações de paz da ONU são atividades de manutenção da paz conduzidas pelas Nações Unidas em resposta a conflitos e situações de instabilidade em todo o mundo. Essas operações têm como objetivo ajudar os países a alcançar a paz, a segurança e a estabilidade por meio da promoção do diálogo político, do fortalecimento das instituições estatais, da proteção dos direitos humanos, do apoio às reformas econômicas e do fomento do desenvolvimento socioeconômico, podendo ser implantadas em diferentes formatos, incluindo *peacekeeping*, *peacebuilding*, *peace enforcement*. Cada uma dessas formas de operações de paz é adaptada à situação específica do país em questão e ao nível de intervenção necessário para alcançar a paz e a estabilidade duradouras e elas não são sequenciais, podendo possuir características de mais de um tipo.

As Operações de Paz são divididas em cinco gerações, e a presente pesquisa trouxe essas definições à luz do especialista na área, Kai Michael Kenkel, que enfatiza a evolução da manutenção da paz, desde seu conceito clássico até abordagens multidimensionais, mais integradas que priorizam a proteção de civis e a segurança humana.

- (i) Primeira: caracterizada pelo envio de tropas levemente armadas para monitorar o cessar-fogo e separar as partes em conflito. O objetivo principal era evitar a escalada do conflito e manter a estabilidade. Exemplos: Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) no Egito e a Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP).
- (ii) Segunda: marcou uma mudança em direção a formas mais robustas de intervenção. Essas operações foram projetadas para usar a força, se necessário, para implementar um cessar-fogo e proteger os civis. Exemplos: Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM II) e a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) na Bósnia e Herzegovina.
- (iii) Terceira: concentrou na reconstrução e estabilização de sociedades afetadas por conflitos. Caracterizou-se por esforços para promover a democratização, os direitos humanos e o desenvolvimento econômico. Exemplos: Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET).
- (iv) Quarta: enfatizou a necessidade de uma abordagem multidimensional para a consolidação da paz. Procurou integrar esforços militares, civis e humanitários para abordar as causas profundas do conflito e promover a paz sustentável. Exemplos: Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC) e a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS).
- (v) Quinta: caracterizada por um foco na proteção de civis e na promoção da segurança humana. Ele enfatiza a necessidade de abordar as causas profundas do conflito, incluindo pobreza, desigualdade e injustiça. Exemplos: Missão de Estabilização Integrada Multidimensional das Nações Unidas no Mali

(MINUSMA) e a Missão de Estabilização Integrada Multidimensional das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA).

Dessa forma, o sucesso, ou fim desejado, para essas missões, é um conceito multifacetado, que pode ser definido de diferentes maneiras, dependendo do contexto específico da operação em questão, entretanto, pode-se dizer que, em geral, o sucesso de uma operação de paz é alcançado quando ela consegue atingir seus objetivos principais, que incluem: proteção de civis, resolução do conflito e estabilização do país. Entretanto, por mais que na teoria as Operações de Paz têm só à oferecer fatores positivos para estes países, existem muitas críticas.

Uma das principais críticas do pós-colonialismo às Operações de Paz é que elas muitas vezes refletem as desigualdades históricas e estruturais entre as antigas potências coloniais e os países que foram colonizados, por exemplo, elas muitas vezes são lideradas por países ocidentais e suas intervenções podem ser percebidas como neocolonialistas pelos países que foram colonizados. Essa percepção pode levar a uma resistência local às operações de paz e dificultar a cooperação necessária para uma implementação eficaz.

Além disso, as operações de paz muitas vezes operam em países que ainda estão lidando com os efeitos do colonialismo, como a fragmentação política e social e a pobreza extrema. Isso pode dificultar a implementação das missões de paz, já que muitas vezes é necessário lidar com questões profundamente enraizadas e complexas que resultam desses legados. Por fim, o pós-colonialismo destaca a importância de incluir as perspectivas e necessidades das comunidades locais nas operações de paz, o que tem se mostrado um desafio em termos de compreender a dinâmica local e as necessidades das comunidades afetadas pelo conflito. Portanto, a inclusão das perspectivas locais é fundamental para o sucesso das operações de paz.

Em suma, o pós-colonialismo oferece uma perspectiva crítica sobre as operações de paz da ONU em países que foram anteriormente colonizados, destacando as complexidades das relações de poder entre os países colonizadores e os países colonizados, bem como a necessidade de incluir as perspectivas e necessidades locais nas operações de paz.

Tendo em vista isso, o estudo de caso apresentado, a MONUSCO, enquadra-se perfeitamente essas críticas pós-coloniais ao se tratar de uma Operação de Paz atual, que encontra-se em um país no continente africano há mais de 10 anos, sendo sucessora de uma missão anterior que falhou em seus objetivos de mandato. O país onde ambas missões foram implementadas, a República Democrática do Congo (RDC), tem uma história complexa, marcada por instabilidade política, conflito e violência, desde sua colonização no final do século XIX, quando rei da Bélgica adquiriu o controle da Bacia do Congo, onde governou como propriedade pessoal, explorando seus recursos e sujeitando o povo congolês ao trabalho forçado e à violência. Após décadas de resistência e pressão internacional, o Estado Livre do Congo foi estabelecido em 1908 e colocado sob o controle direto do governo belga, somente conquistando sua independência em 1960.

Patrice Lumumba tornou-se o 1º primeiro-ministro democraticamente eleito do país. No entanto, o governo de Lumumba durou pouco, pois ele foi derrubado em um golpe no final daquele ano e, os anos que se seguiram foram marcados por instabilidade política e violência, culminando na ascensão de Mobutu Sese Seko ao poder em um golpe em 1965. O regime de Mobutu foi caracterizado pela corrupção, autoritarismo e abusos de direitos, e durou até 1997, quando foi derrubado por Laurent-Désiré Kabila, um líder rebelde apoiado por Ruanda e Uganda.

O governo de Kabila também foi marcado por conflitos, incluindo uma guerra civil que começou em 1998 e envolveu vários países e grupos armados. A guerra terminou oficialmente em 2003, mas a violência e a insegurança persistiram em muitas partes do país. Como foi visto, nos últimos anos, a RDC continuou a enfrentar uma série de desafios, incluindo instabilidade política, conflito, pobreza e crises de saúde pública, como o surto de Ebola que começou em 2018.

Para tentar reverter a situação do país, as Nações Unidas estão envolvidas em operações de manutenção da paz na RDC desde 1999, com a missão atual, conhecida como MONUSCO, estabelecida em 2010. As resoluções da missão incluem em seus corpos proteger civis, apoiar os esforços do governo para consolidar a paz e a estabilidade e promover os direitos humanos e desenvolvimento. Entretanto ela ainda não se mostrou eficaz.

Como mencionado anteriormente, as teorias pós-coloniais oferecem uma perspectiva crítica sobre a MONUSCO (Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo), destacando como as intervenções ocidentais no Sul Global podem reproduzir estruturas de poder colonial e reforçar os desequilíbrios de poder global. De uma perspectiva pós-colonial, algumas das principais críticas à MONUSCO incluem:

- (i) Reprodução de estruturas de poder colonial: Os teóricos pós-coloniais argumentam que as intervenções ocidentais no Sul Global muitas vezes assumem uma atitude paternalista em relação às populações locais, tratando essas regiões como inferiores e necessitadas de orientação e controle ocidentais. A MONUSCO, como uma missão dominada pelo Ocidente implantada em uma ex-colônia, pode ser vista como um exemplo disso. Essa atitude é reforçada pelos desequilíbrios de poder existentes no sistema das Nações Unidas, que conferem influência desproporcional às potências ocidentais e perpetuam as desigualdades globais.
- (ii) Foco de curto prazo na estabilidade: Os teóricos pós-coloniais também criticam o foco da MONUSCO na estabilidade de curto prazo sobre o desenvolvimento social e econômico de longo prazo. Esse foco na estabilidade ignora as causas profundas do conflito, muitas vezes ligadas a desigualdades sociais e econômicas que são elas mesmas o resultado de padrões históricos de exploração e dominação colonial. Em vez de abordar essas causas profundas, o foco da MONUSCO na estabilidade pode ser visto como a manutenção do status quo e o reforço das estruturas de poder existentes.
- (iii) Falta de responsabilidade: a MONUSCO foi criticada por sua falta de responsabilidade, principalmente no que diz respeito à exploração e abuso sexual por soldados da paz e à falta de consequências para os responsáveis. Os teóricos pós-coloniais argumentam que essa falta de responsabilidade reflete uma tendência mais ampla de impunidade para os atores ocidentais no Sul Global, o que reforça os desequilíbrios de poder e perpetua os legados coloniais.

(iv) Impacto limitado no terreno: Apesar de ser uma das maiores missões de manutenção da paz da ONU, a MONUSCO foi criticada por seu impacto limitado no terreno e por sua falha em abordar as causas profundas do conflito na RDC. A violência e os abusos dos direitos humanos continuam a ocorrer, e a missão foi acusada de ser ineficaz na proteção de civis e na manutenção da paz.

No geral, as críticas pós-coloniais da MONUSCO enfatizam a necessidade de abordar os legados históricos do colonialismo e desafiar os desequilíbrios de poder dentro de instituições internacionais como as Nações Unidas. Em vez de reproduzir as estruturas de poder colonial, os teóricos pós-coloniais argumentam que as intervenções internacionais no Sul Global devem priorizar a propriedade, participação e agência locais.

Tendo em vista isso, as faltas políticas que afetam os níveis estratégicos, operacionais e táticos das Operações de Paz da ONU na República Democrática do Congo (RDC) podem incluir:

- (i) a cultura das Operações de Paz de acreditar que os conflitos devem ser resolvidos com soluções *top-down*, como por exemplo através de eleições, negligenciando os conflitos internos do país e, por esse motivo, deixando-os sem solução. Esse entendimento faz com que os conflitos permaneçam com constante avanço no território. Há a necessidade de se compreender que há uma interdependência de existência entre os conflitos nacionais/regionais e os locais, um não existe sem o outro e, por esse motivo as soluções dadas devem ser, também *bottom-up*;
- (ii) o entendimento de que a violência é inerente a cultura congoleza. Esse pensamento faz com que os operadores da paz, muitas vezes não tenham esperança de melhorar a situação do país, e por esse motivo não se esforçam ou buscam achar soluções para tais questões, uma vez, para eles que os conflitos armados sempre serão presentes;
- (iii) a retirada de agência da população local. Ao investirem em ações *top-down*, a comunidade internacional e as Operações de Paz negligenciam as reais

necessidades e interesses da população local, entendendo elas como dadas e padronizadas. Isso acontece muito porque o centro político das missões de paz encontra-se na capital ou em centros urbanos próximo à ela, o que distancia esses operadores da realidade local, dificultando a formulação de decisões políticas que lhes beneficie, causando um enfraquecimento estratégico, operacional e tático da missão;

(iv) falta de apoio político e financeiro dos Estados-membros da ONU: a MONUSCO enfrenta uma falta crônica de financiamento e recursos, o que afeta sua capacidade de realizar suas tarefas de manutenção da paz. Além disso, a falta de apoio político dos Estados-membros da ONU pode afetar a eficácia das operações de paz;

(v) conflitos políticos internos na RDC e a MONUSCO tem dificuldade em lidar com esses conflitos devido à falta de cooperação; (iii) insegurança e violência, devido aos grupos armados, como as Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) e o Exército de Resistência do Senhor (LRA), continuam a operar na região, colocando em risco a segurança das populações locais e das forças da MONUSCO;

(vi) falta de treinamento e capacitação das forças de paz, enfrentando desafios significativos em relação à capacitação e treinamento de suas forças de paz, o que pode afetar sua capacidade de proteger as populações locais e de realizar suas tarefas de manutenção da paz. Como foi visto, grande parte do pessoal das Operações de Paz não falam os idiomas locais, o que dificulta a comunicação. Além disso, ao tomar como dados a realidade local, acabam por não alcançarem a real necessidade da população

(vii) falta de coordenação entre as agências da ONU, sua inadequação pode levar à duplicação de esforços e à falta de efetividade na implementação dos programas de assistência humanitária e de desenvolvimento.

Através desta pesquisa, notou-se, portanto, que a população congoleza têm se mostrado relutante em relação ao engajamento político-econômico e de segurança da MONUSCO, mostrando a necessidade de uma mudança na postura das Nações Unidas em relação a missão, para que não prejudique sua credibilidade, legitimidade e

validação. Essa transformação pode ser dada através da hibridização das operações de paz, defendida pelos teóricos pós-coloniais, que criticam a ocidentalização, superficialidade e o liberalismo das missões promovidas pelas Nações Unidas, vista por eles mais como um mecanismo de influência do que por uma ação plenamente benigna.

Como apontado por esses teóricos, a MONUSCO, assim como as outras intervenções, acredita que a questão do conflito é um problema interno que pode ser resolvido pela intervenção externa, e coloca a paz liberal como paz sustentável que, pode ser alcançada através de avanços na democracia, no estado de direito, e no desenvolvimento econômico. No entanto, deveria levar em consideração as particularidades do local em que atua, abrindo espaços para um maior diálogo com todas as partes envolvidas — inclusive as mais extremistas, visando uma implementação efetiva do princípio de neutralidade, evitando contradições, o que facilitaria não só a missão, como tornaria a paz mais sustentável em um longo prazo.

Não ressaltando apenas os pontos negativos, a promoção de eleições e o estímulo à participação das mulheres com o voto, foram alguns dos sucessos empreendidos pela missão. No entanto, discutir seus problemas é fundamental, já que falha em um de seus principais pilares: a proteção de civis⁶⁷, comprovado pela quantidade de congoleses civis mortos em função de civis, que não são controlados pela MONUSCO, devido a falta de meios necessários para produzir a estabilidade, mostrando a necessidade de uma transformação.

Seguindo as perspectivas e tendências futuras, tudo indica, de forma pessimista, a perpetuação da crescente violência contra a população civil e a ineficácia da MONUSCO em encontrar uma solução eficaz de longo prazo. No entanto, só esperando o desenrolar das ações para se ter certeza, afinal, o Sistema Internacional, como um todo, é uma caixinha de surpresas, e vêm surpreendendo à todos, cada vez mais.

Em relação à posição específica da pesquisadora sobre as operações de paz: acredita que existam duas facetas. Após ler e estudar para escrever a presente, chegou a conclusão que ela não é puramente altruísta: todas as ações realizadas por alguém visam algum interesse específico pessoal; e isso não é diferente com essas intervenções. Em relação à sua necessidade, acredita que, ao olharmos no ponto de vista dos direitos

⁶⁷ Doss, 2015, p. 805.

humanos e as atrocidades cometidas por diversos Estados soberanos, bem como a pobreza e a fome enfrentada por muitos deles, acredita que ela se coloque necessária, no entanto, concorda com os pós-colonialista nos quesito modificação e evolução; a 5ª geração tem se mostrado mais próxima desse aspecto híbrido, porém, o caminho é longo, quem sabe uma 6ª geração não esteja perto de surgir?

5. Referências Bibliográficas

ACCORD. Elections in the Democratic Republic of the Congo. Accord, 2 set. 2019. Disponível em: <https://www.accord.org.za/conflict-trends/elections-in-the-democratic-republic-of-the-congo/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

AFRICANEWS. DR Congo: Inclusive political agreement finally adopted and signed in Kinshasa. Africanews, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://www.africanews.com/2017/01/01/dr-congo-inclusive-political-agreement-finally-adopted-and-signed-in-kinshasa/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BASHI, Wendy. Félix Tshisekedi culpa Ruanda pela violência do M23. **DW**, 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/f%C3%A9lix-tshisekedi-culpa-ruanda-pela-viol%C3%Aancia-do-m23/a-63193922>. Acesso em: 4 jan. 2023.

BBC. DR Congo presidential election: Outcry as Tshisekedi named winner. BBC, 10 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-africa-46819303>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BEIER, J. Marshall. BEYOND HEGEMONIC STATE(MENT)S OF NATURE: Indigenous knowledge and non-state possibilities in international relations. *In*: CHOWDHRY, Geeta; NAIR, Sheila (ed.). **Power, Postcolonialism and International Relations**: Reading Race, Gender and Class. 2. ed. London: Routledge, 2002. cap. 4, p. 82-114.

BERWOUTS, Kris. **Congo's Violent Peace**: Conflict and struggle since the Great African War. London: Zed Books, 2017. 194 p.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap De. Security: a New Framework for Analysis, (1996). Boulder, Lynne Rienner Publishers, Inc., Capítulo 2, pp. 21-47.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2012.

CARVALHO, Letícia; DUARTE, Geraldine M. M. B. Rosas. Consequências indesejadas das operações de paz de estabilização: estudo da atuação da MONUSCO na RDC. **Conjuntura Austral**, [S. l.], p. 110-125, 25 jun. 2022.

CAVALCANTE, Fernando. Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas à consolidação da paz na Guiné-Bissau. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], ed. 102, 9 mar. 2022. DOI <https://doi.org/10.4000/rccs.5434>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5434>. Acesso em: 17 fev. 2022.

Dag Hammarskjöld Library. About UN Documents. **Resolutions and Decisions**. [s/ano]. Disponível em: <https://research.un.org/en/docs/resolutions>. Acesso em: 3 fev. 2023

CASTELHANO, Igor. **Congo, a Guerra Mundial Africana**: Conflitos armados, construção do estado e alternativas para a paz. 1ª. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

CHOPRA, Jarat; HOHE, Tanja. Participatory intervention. *Global Governance*, v. 10, 2004.

DORN, Walter. **Peace Operations**: Terms & Definitions. A brief prepared for the House of Commons Standing Committee on National Defence, 18 maio 2018. Disponível em: https://walterdorn.net/pdf/Definitions-Peace-Operations-Doctrine_with-Annex1_11May2018.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

DOSS, Alan. *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*. Oxford: Oxford University Press, 2015. pp. 803-816.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: UBU, 2020.

GERRING, John. The Case Study: What it is and What it Does. In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. New York: The Several Contributors, 2007. cap. 4, p. 90-122.

GINTY, Roger Mac. Hybrid Peace: The Interaction Between Top-Down and Bottom-Up Peace. *Security Dialogue*, vol. 41, n.4 (2010) pp. 391-412.

HEREDIA, Maria Iñiguez de. Militarism, states and resistance in Africa: exploring colonial patterns in stabilisation missions. **Conflict, Security and Development**, [s. l.], p. 623-644, 5 dez. 2019.

HEREDIA, Maria Iñiguez de. Re-engaging History and Global Politics in the Accounts of the Contemporary Conflict in the DRC. In: MARIA IÑIGUEZ DE, Heredia; WAI, Zubairu. **Recentering Africa in International Relations**: Beyond Lack, Peripherality, and Failure. [S. l.]: Palgrave MacMillan, 2018. cap. 3, p. 59-80.

HOSSAIN, Afnan. The Second Congo War: Through the Lens of Conflict Resolution Models and Frameworks.. **Theories and Practices of Conflict Resolution Course**, Department of Peace & Conflict Studies University of Dhaka, 2018.

JABRI, Vivienne. War, government, politics: a critical response to the hegemony of the liberal peace. In: RICHMOND, Oliver. *Peacebuilding Critical Developments and Approaches*. New York: Palgrave Macmillan, 2010. pp. 41-57.

KENKEL, Kai Michael. “Five generations of peace operations: from the ‘thin blue line’ to “painting a country blue””. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 56, No. 1 (2013); pp. 122-143.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOWALSKI, Camila Castro; DA CONCEIÇÃO, Guilherme Geremias. RDC: OS CEM PRIMEIROS DIAS DE TSHISEKEDI. **Centro Brasileiro de Estudos Africanos**, Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cebrafrica/wp-content/uploads/2019/06/An%C3%A1lises-de-Conjuntura-Africa-Occidental-e-Central-100-dias-Tshisekedi.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

KRAUSE, Keith. Insecurity and State Formation in the Global Military Order: The Middle Eastern Case. **European Journal of International Relations**, v. 2, n. 3, 1996.

LOURES, Débora Bedim; GÓIS, Carolina Côrtes. O Papel da Inteligência Cultural nas Operações de Paz da ONU:: um estudo de caso da UNIFIL. **Revista CCOPAB E OPERAÇÕES DE PAZ: Perspectivas, Reflexões e Lições Aprendidas**. v. 1, n. 1, p. 84-108, 2021.

MBAKU. John Mukum. The postponed DRC elections: What does the DRC's situation look like now? **Brookings**, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2016/11/22/the-postponed-drc-elections-what-does-the-drcs-situation-look-like-now/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

MBEMBE, Achille. Provisional Notes on the Postcolony. **Africa: Journal of the International African Institute**, Edinburgh, ano 1997, v. 62, ed. 1, p. 3-37, 1992.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: Ensaio sobre a África descolonizada. São Paulo: Editora Vozes, 2021.

ONU. Conselho de Segurança. Lusaka Ceasefire Agreement (1999). 23 jul. 1999. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/CD_990710_LusakaAgreement.pdf. Acesso em: 2 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 1925 (2010). 28 mar. 2010. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1038014.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2078 (2012). 28 nov. 2012. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1261344.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2098 (2013). 28 mar. 2013. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1327382.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2277 (2016). 30 mar. 2016. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1608883.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2348 (2017). 31 mar. 2017. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1708597.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2348 (2017). 31 mar. 2017. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/n1708597.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2409 (2018). 27 mar. 2018. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/resolution_2409_2018.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Conselho de Segurança. Résolution 2556 (2020). 18 dez. 2019. Disponível em: https://monusco.unmissions.org/sites/default/files/s_res_25562020_f.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

ONU. Department of Peacekeeping. **United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines**. 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 8 nov. 2022.

ONU. **Maintain International Peace and Security**. 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/our-work/maintain-international-peace-and-security>. Acesso em: 2 nov. 2022.

ONU. **Model United Nations**. 2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/model-united-nations/4-pillars-united-nations>. Acesso em: 5 nov. 2022.

ONU. MONUC. **United Nations Documents on MONUC**. 2010. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/monuc/resolutions.shtml>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ONU. **MONUSCO fact sheet**. 2022. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco>. Acesso em: 4 nov. 2022.

ONU. MONUSCO. **Historique**. 2020. Disponível em: <https://monusco.unmissions.org/historique>. Acesso em: 4 nov. 2022.

ONU. **Resolutions**. 2023. Disponível em: <https://www.un.org/securitycouncil/content/resolutions-0>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ONU. **Terminology**. 2022. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/terminology>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RAUBER, Beatriz; FILHO, João Estevan Santos; NOGUEIRA, João Victor Corrêa; CASTRO, Laura; BITTENCOURT, Marielli; XERRI, Salvatore Gasparini. A MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO. **UFRGS Model United Nations**, Rio Grande do Sul, v. 5, p. 295-339, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2017/img/pdf/MONUSCO.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2023.

REUS-SMIT, Christian; WHEELER, Nicholas J. (ed.). **The Trouble with the Congo: Local Violence and the Failure of International Peacebuilding**. New York: Cambridge University Press, 2010.

RICHMOND, Oliver P. Rethinking Conflict Resolution: The Linkage Problematic Between "Track I" and "Track II". *The Journal of Conflict Studies*. Vol. 21, No2 (2001)

RICHMOND, Oliver P. A post-liberal peace: Eirenism and the everyday. *Review of International Studies*, vol. 35, (2009a) pp. 557-580.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

SILVA, Francine Rossone. A paz liberal nas operações de *peacebuilding*. *Pontifícia Universidade Católica*, Rio de Janeiro, 2012.

SMITH, Karen. Contrived boundaries, kinship and ubuntu: A (South) African view of "the international"¹. In: TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. (ed.). **Thinking International Relations Differently**. 1. ed. London: Routledge, 2012. cap. 14, p. 301-321.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

VEJA. Em meio à crise do coronavírus, Congo declara nova epidemia de Ebola. **Veja**, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/em-meio-a-crise-do-coronavirus-congo-declara-nova-epidemia-de-ebola/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

WILLAME, Jean Claude. Banayarwanda et Banyamulenge: Violences ethniques et gestion de l'identitaire au Kivu. Brussels: Cahiers Africains, 1997.